



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PETRÓLEO E
GÁS
CURSO DE ENGENHARIA DE PETRÓLEO E GÁS



**A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO EM ANÁLISE: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA**

EDUARDO MOREIRA SCHMIDT

MANAUS – AM

2018

EDUARDO MOREIRA SCHMIDT

**A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO EM ANÁLISE: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Engenharia de Petróleo e Gás da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como exigência para obtenção do título de Bacharel em Engenharia de Petróleo e Gás.

Orientador: Profa. Ana Carolina Monte

MANAUS – AM

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S349m Schmidt, Eduardo Moreira
A maldição do petróleo em análise: uma revisão sistemática /
Eduardo Moreira Schmidt. 2018
66 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Ana Carolina Monte
TCC de Graduação (Engenharia de Petróleo e Gás) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Maldição do petróleo. 2. Maldição dos recursos. 3. Riqueza de recursos. 4. Democracia. 5. Economia. I. Monte, Ana Carolina II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

EDUARDO MOREIRA SCHMIDT

**A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO EM ANÁLISE: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
a Universidade Federal do Amazonas, como
parte das exigências para a obtenção do título
de Bacharel em Engenharia de Petróleo e Gás.

Manaus, 07 de dezembro de 2018.

Aprovado em 07 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Proa Carolina Monte Almude

Presidente da Banca Examinadora

SP

Examinador 01

Rui

Examinador 02

RESUMO

A relação entre a indústria do petróleo e o crescimento econômico é um tópico bastante estudado em economia e ciência política, dada a importância do setor do petróleo para a matriz energética de todos os países no mundo em desenvolvimento. A princípio, o petróleo deveria oferecer reais benefícios para a economia destes países, desde a valorização da moeda interna até a criação de novos postos de trabalho, gerando um excepcional crescimento econômico e social. Entretanto, muitas evidências mostram que a abundância desses recursos em um país em desenvolvimento dificilmente leva ao crescimento econômico e social esperado. O oposto do que se espera em relação a riqueza desse recurso determina um fraco desempenho na economia com o encolhimento dos demais setores da indústria, opacidade nas finanças do governo e o distanciamento da democracia. Esse enigmático fenômeno econômico-social é chamado de “maldição do petróleo”.

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2. OBJETIVOS..... | 11 |
| 3. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA E REVISÃO BIBLIOGRAFICA..... | 12 |
| 4. METODOLOGIA DE PESQUISA..... | 28 |
| 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 31 |
| 6. CONCLUSÃO..... | 61 |
| 7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS..... | 62 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Qualidades distintivas das receitas de petróleo. | 13 |
| Figura 2 - Investimentos estrangeiro direto em indústrias extrativas em 2007..... | 17 |
| Figura 3 - O tamanho do setor público na Nigéria, 1950-1984..... | 18 |
| Figura 4 - O tamanho dos setores públicos..... | 19 |
| Figura 5 - Os preços e as receitas de petróleo nos países selecionados..... | 21 |
| Figura 6 - A expropriação de companhias petrolíferas pelo governo | 22 |
| Figura 7 - O preço do barril de petróleo em dólares, 1861 a 2009. | 24 |
| Figura 8 - Produção e o consumo de petróleo nos Estados Unidos (1947 – 2007). . | 25 |
| Figura 9 - Etapas da revisão. | 29 |
| Figura 10 - Volatilidade das receitas do governo no Brasil e no Mundo..... | 34 |
| Figura 11 - Volatilidade das receitas do governo na Venezuela e no Mundo..... | 35 |
| Figura 12 - Índice Polity IV para países produtores e não produtores de petróleo | 42 |
| Figura 13 - O petróleo e a transparência no orçamento em autocracias, 2012. | 45 |
| Figura 14 - Renda dos principais produtores de petróleo, 1950 a 2006..... | 48 |
| Figura 15 - Receita dos principais produtores, 1950 – 2006. | 49 |
| Figura 16 - Mudanças na renda per capita, 1974 a 1989. | 50 |
| Figura 17 - Produtos industrializados <i>versus</i> exportações de petróleo (Brasil). | 54 |
| Figura 18 - Produtos industrializados <i>versus</i> exportações de petróleo (Venezuela). . | 55 |
| Figura 19 - Produtos industrializados <i>versus</i> exportações de petróleo (México)..... | 56 |
| Figura 20 - Evolução do índice de corrupção no Brasil, Venezuela e México. | 57 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Maiores empresas de petróleo e gás do mundo por valor de mercado.... | 32 |
| Tabela 2 - Transições para o autoritarismo, 1960 a 2008. | 40 |
| Tabela 3 - Transparência orçamentária, 2008..... | 44 |
| Tabela 4 - Crescimento econômico anual per capita, 1960 a 2006..... | 47 |
| Tabela 5 - Transições democráticas nos países produtores de petróleo | 51 |
| Tabela 6 - Taxa de crescimento do PIB (1970-2012)..... | 53 |

1. INTRODUÇÃO

Em 2009, US\$ 2,3 trilhões em petróleo e gás foram bombeados para fora do solo, o que posiciona a indústria do petróleo como a maior do mundo (ROSS, 2015). De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), espera-se que o Brasil movimente R\$ 1,38 trilhão no setor de petróleo até 2030. O petróleo e seus subprodutos respondem por 14,2% do comércio de *commodities* do mundo e, dentre todos os recursos minerais, o petróleo corresponde a 90% do comércio mundial - dados da *British Petroleum* - em 2010. Levando em consideração seu alto valor de mercado, sua importância na matriz energética atual e a alta demanda por seus subprodutos, é de se esperar que países com grandes reservas de petróleo em seus territórios prosperem economicamente e socialmente (KHANNA, 2017).

A partir da década de 1980, o mundo em desenvolvimento tem se tornado mais rico, democrático e pacífico, porém, aparentemente isso só é verdade para países que não têm petróleo, pois países ricos em petróleo espalhados pelo Oriente Médio, pela África, América Latina e Ásia, não estão mais ricos, democráticos ou pacíficos do que eram há três décadas atrás (ROSS, 2015).

As consequências negativas da riqueza de petróleo em países em desenvolvimento – desempenho pobre na economia, crescimento desbalanceado, pobreza, desigualdade social e regimes autoritários – são bem difundidas entre a maioria de pesquisadores, organizações não governamentais (ONG's), institutos financeiros internacionais e representantes da grande mídia (LUONG & WEINTHAL, 2010).

Desde a crise sem precedentes na Venezuela até décadas de guerras civis em países como Nigéria, Sudão, Colômbia, Argélia e Iraque, o petróleo é considerado o pivô dos problemas mais graves para maioria dos países que possuem grandes reservas (O'CONNOR, 2018). Ainda mais desconcertante é o fato de que o pior desempenho econômico coincidiu com muitas condições iniciais favoráveis, tais como altos níveis de investimento de capital físico e recursos abundantes para financiar o crescimento (DIJOHN, 2009). Desde a década de 1980, os países produtores de petróleo no mundo em desenvolvimento tornaram-se menos democráticos e menos transparentes do que países similares não produtores: países ricos em petróleo são mais propensos a ter revoltas internas violentas, suas economias proporcionam

menos oportunidades de emprego e impedem o crescimento agrícola e dos setores industriais não ligados ao petróleo (ROSS, 2015).

Este paradoxo entre o que se espera em relação aos países detentores de petróleo e o que acontece quando os recursos naturais interagem e alteram vários fatores sociais, políticos e econômicos resultando em crescimento mais lento e impedindo o desenvolvimento dos demais setores da economia resulta no que se chama de “maldição do petróleo” (BADEEB, LEAN e SMYTH, 2016).

Devido a relevância do tema na atual conjuntura econômica do Brasil e da América Latina e, como acadêmico do curso de Engenharia de Petróleo e Gás, a escolha da maldição do petróleo como assunto deste trabalho de pesquisa acontece em um momento oportuno, visto que hoje grande parte dos alunos graduados neste curso acabam não encontrando oportunidades de trabalho na indústria do petróleo.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Esclarecer as razões pelas quais a riqueza petrolífera das nações supostamente depõe contra o desenvolvimento da economia e da democracia em países em desenvolvimento.

2.2. Objetivo Específico

- Analisar as características intrínsecas ao petróleo e sua relação com o pressuposto paradoxo entre o descobrimento dessa riqueza de recursos e o baixo desempenho econômico e social.
- Ponderar a relação da maldição do petróleo entre as análises de autores sobre o tema.
- Destacar argumentações convergentes e divergentes.
- Comparar argumentações de autores que relacionem a riqueza de petróleo às consequências negativas de longo prazo e autores que defendem que o petróleo, por si só, tem pouca influência nesse sentido.
- Propor uma visão equilibrada a respeito da maldição do petróleo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A maldição dos recursos

Existem razões para os efeitos adversos da riqueza de petróleo sobre a saúde política e econômica de países detentores dessa riqueza: algumas hipóteses culpam potências estrangeiras de intervirem nos países ricos em petróleo e manipularem seus governos, outras apontam que as companhias petrolíferas internacionais exploram esses recursos em busca de lucros extraordinários, ambos os argumentos contêm alguma verdade, porém nenhum resiste a uma análise minuciosa (ROSS, 2015). Os EUA, a Grã-Bretanha e a França têm invadido ou apoiado golpes de Estado em muitos países produtores de petróleo, como por exemplo no Iraque. Porém estes mesmos países também invadiram países sem petróleo. Nas últimas décadas, muitos países produtores como Irã, Líbia, Venezuela, Rússia, Sudão e Birmânia, não apenas mostraram-se invulgarmente imunes às pressões dos países ocidentais, como também os desafiaram ativamente, ainda que enfrentando os mesmos problemas de outros países mais submissos também ricos em petróleo (SOYSA, GARTZKE & LIN, 2009).

A discussão política na literatura sobre a maldição dos recursos é datada de muito tempo, porém, os métodos adequados de séries temporais para a estimativa das relações de longo prazo não teria sido usada até muito recentemente (O'CONNOR, 2018). Nos últimos anos, numerosos trabalhos empíricos buscaram validar a teoria da maldição dos recursos na democracia. Um ramo tenta integrar as relações de petróleo e outros recursos naturais com crescimento e democracia (principalmente na América Latina), mas geralmente vendo os efeitos da democracia como mediadora dos efeitos sobre o crescimento econômico (ACEMOGLU et al., 2008; AL-UBAYADLY, 2012; CASSIDY, 2018). Estes estudos demonstram a falta de democracia no início do desenvolvimento de um país rico em petróleo como causa dos efeitos negativos no crescimento econômico e no caminho subsequente das instituições democráticas (O'CONNOR, 2018). Porém, entende-se que é de suma importância avaliar, a longo prazo, a relação entre petróleo e democracia dentro dos países em questão.

Durante a maior parte do século XX, companhias internacionais de petróleo como Shell, *British Petroleum* (BP), Exxon e Mobil tiveram notável influência no

destino de países produtores no mundo em desenvolvimento, porém, o papel dessas companhias diminuiu drasticamente desde o início da década de 1970, quando a maioria dos países em desenvolvimento nacionalizou suas indústrias petrolíferas (GUIRK, 2010). De acordo com Ross (2015), se as companhias estrangeiras fossem realmente a fonte dos problemas, a onda de nacionalizações de 1970 teria sido a cura. O autor argumenta que muitos cientistas sociais apontam a maldição do petróleo para os governos dos países produtores de petróleo, mas não abordam a suposta relação do petróleo com a corrupção, a desigualdade, as políticas de visão estreita e o enfraquecimento das instituições públicas. O autor liga os problemas políticos e econômicos destes países às características incomuns das receitas de petróleo. O modo com que os governos usam essas receitas – para beneficiar poucos ou muitos – é certamente importante, entretanto, independentemente de como serão usadas, as receitas terão efeitos profundos e de longo alcance no bem estar-político e econômico de um país (GUIRK, 2010).

De acordo com Michael L. Ross (2015): as receitas de petróleo possuem quatro qualidades distintivas: sua escala, origem, estabilidade e confidencialidade, como apresentadas na Figura 1.

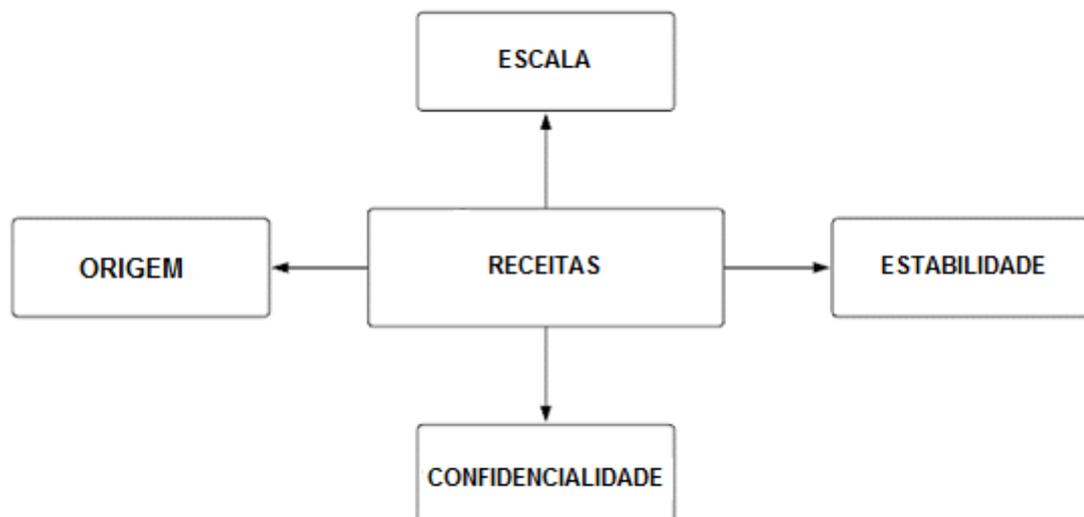


Figura 1- Qualidades distintivas das receitas de petróleo.

Fonte: Adaptado de Ross (2015).

A escala das receitas de petróleo pode ser enorme, o que possibilita o aumento dos gastos do governo com o setor público. O tamanho do setor público nos países produtores de petróleo é, em média, 50% maior do que em países não produtores. O Azerbaijão, por exemplo, de 2001 a 2009, aumentou seus gastos com o setor público em 600% e a Guiné Equatorial, respondeu com um aumento de 800% no mesmo período. O volume dessas receitas possibilita aos governos autoritários silenciar mais facilmente qualquer dissidência, esta é uma das razões pelas quais tantos países produtores de petróleo têm insurreições violentas (GUIRK, 2010). Esse volume nas receitas, por si só, não pode explicar a maldição do petróleo. Países europeus democráticos e pacíficos possuem dimensões estatais por muitas vezes maiores que países produtores de petróleo autocráticos conflituosos: a origem dessas receitas é também de grande importância (ROSS, 2015).

A relação de origem das receitas pode ser entendida da seguinte forma: países financiados pelo seu petróleo não são financiados pelos impostos taxados sobre seus cidadãos, mas sim pela venda de seus ativos do Estado, ou seja, por sua riqueza petrolífera. Quando um país é financiado por impostos, seu governo se torna mais limitado pelos seus próprios cidadãos e, quando financiados por receitas vultosas do petróleo, tornam-se menos suscetíveis à pressão pública (GUIRK, 2010). A estabilidade afeta diretamente as finanças de governos financiados por sua riqueza petrolífera, pois os preços mundiais e a ascensão e queda das reservas de um país podem produzir grandes flutuações econômicas, que deixam os governos sobrecarregados com tarefas que raramente são capazes de gerir por causa dessa instabilidade financeira, o que leva ao desperdício de sua riqueza de recursos (O'CONNOR, 2018).

Por fim, a confidencialidade das receitas de petróleo agrava esses problemas: os governos são coniventes com as companhias internacionais de petróleo, que costumam ocultar suas transações e usam suas próprias companhias petrolíferas nacionais para esconder as receitas e as despesas (ROSS, 2015). Quando Saddam Hussein era presidente do Iraque, mais da metade dos gastos de seu governo eram canalizados através da Companhia Nacional de Petróleo do Iraque, cujo orçamento era secreto (ALNASRAWI, 1994). O sigilo é uma das principais razões pelas quais as receitas de petróleo são tão comumente perdidas para a corrupção, os ditadores conseguem permanecer no poder ocultando as provas de sua ganância e incompetência, e os insurgentes mostram-se relutantes em abdicar das armas, pois

desconfiam das promessas do governo de compartilhar e distribuir as receitas de petróleo do país de forma equitativa (GUIRK, 2010).

O processo de extração do petróleo e gás natural têm grandes custos irrecuperáveis, o que as torna vulneráveis à extorsão. Quando produzido em grande quantidade, o petróleo pode afetar as taxas de câmbio de um país e reduzir o tamanho de setores agrícolas e manufatureiros, o que por sua vez, pode extinguir as oportunidades econômicas nos outros setores da economia (LUONG & WEINTHAL, 2010).

3.2. Análise histórica

Michael L. Ross (2015) afirma que até o início da década de 1970, a riqueza petrolífera de uma nação não era considerada uma maldição. Segundo o autor, a inversão desse cenário aconteceu devido a mudanças no mercado global de petróleo entre 1960 e 1970 que transformaram a escala, a fonte e a volatilidade das receitas de petróleo. Antes de 1970, o mundo do petróleo era dominado por um grupo pequeno de grandes empresas do ramo conhecidas como “Sete Irmãs” que conspiravam para obter o controle do abastecimento global (ROSS, 2015). As sete empresas eram a Standard Oil, de New Jersey, a Standard Oil, da Califórnia, a Anglo-Iranian Oil Company (mais tarde BP), a Mobil, a Gulf, a Texaco e a Royal Dutch Shell, posteriormente essas empresas foram consolidadas em quatro empresas: Exxon-Mobil, a BP, a Shell e a Chevron Texaco. Ainda no período entre 1960 e 1970, o fornecimento de petróleo começou a crescer com muita força, uma vez que a demanda ultrapassou a descoberta de novas fontes de petróleo. Houve um aumento desproporcional dos preços nesse período, o que culminou em uma onda de nacionalizações: quase todos os países exportadores de petróleo no mundo em desenvolvimento criaram empresas estatais para gerir suas reservas (KOBIRIN, 1980). Saddam Hussein foi aclamado como o arquiteto da nacionalização no Iraque, enquanto no México, a expropriação das companhias estrangeiras é, ainda hoje, comemorada como um feriado nacional, comemorado no dia 18 de março, todos os anos (KOBIRIN, 1980).

Eventos como os citados acima transformaram as finanças dos países produtores de petróleo, aumentando drasticamente suas receitas (GUIRK, 2010). Esses países passaram a ser financiados pela venda do petróleo através de suas

companhias nacionais e não mais pelos impostos e *royalties* sobre as empresas estrangeiras, isso ajudou a manter as receitas vultosas provenientes do petróleo em sigilo (GUIRK, 2010).

A revolução nos mercados de energia tornou os países ricos em petróleo mais ricos e mais poderosos do que jamais imaginado, porém, para seus cidadãos, os resultados foram, em muitos casos, desastrosos: a transmissão dos poderes das empresas estrangeiras para o setor público tornou muito mais fácil para os governantes silenciar a dissidência e sufocar pressões por democracia. Essa onda de receitas produziu novos postos de trabalho para homens, mas não para as mulheres e, a maioria desses ganhos advindos do crescimento econômico da década de 1970, foi perdida após a queda dos preços nos anos de 1980. Em janeiro de 1999, o petróleo era vendido por apenas US\$ 10,00 o barril (ROSS, 2015). Até junho de 2008, o preço subiu para US\$ 145,00 o barril. Devido ao aumento dos preços, as empresas notaram que o risco de se operar em países remotos e mal administrados vinha gradativamente sendo superado pelos benefícios de encontrar novas reservas, fato que resultou, em 2004, na inserção de países como Brasil, Belize, Timor Leste e Moçambique na ala de exportadores de petróleo e gás natural (GUIRK, 2010).

Os Estados Unidos lideram atualmente a importação, mas a maior parte da nova demanda virá de países em desenvolvimento como a China e a Índia. Desde o início da era do petróleo (século XIX), países ricos têm apresentado uma probabilidade 70% maior de produzir petróleo do que países pobres, não porque estão situados em territórios com mais petróleo, mas porque possuem mais dinheiro para investir na prospecção e na extração (ROSS, 2015). Atualmente, as democracias ricas da América do Norte e da Europa atraem cerca de dez vezes mais investimento direto na mineração por quilometro quadrado do que resto do mundo, como apresentado na Figura 2.

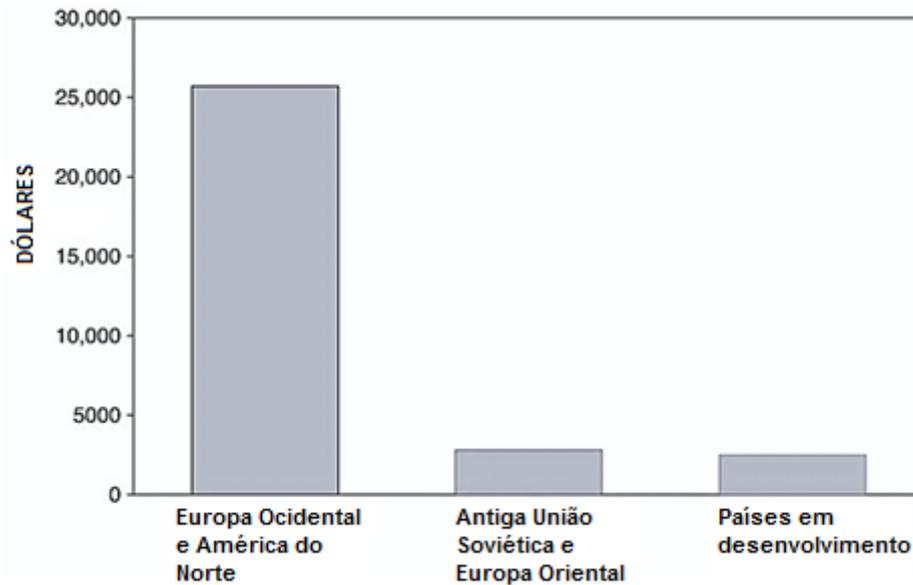


Figura 2 - Investimentos estrangeiro direto em indústrias extrativas em 2007.

Fonte: Adaptado de Ross (2015).

3.3. As Receitas de Petróleo

As receitas de petróleo possuem quatro qualidades distintas: seu tamanho excepcionalmente grande, sua fonte incomum, sua falta de estabilidade e de confidencialidade (ROSS, 2015). Essas receitas vultosas proporcionam o surgimento de um Estado muito maior em países detentores de reservas de petróleo se comparado a países semelhantes, mas sem petróleo. Para ilustrar esse problema com as receitas de petróleo, o autor do livro “A Maldição do Petróleo”, Michael L. Ross, toma como exemplo a Nigéria.

Após a Guerra da Biafra, ao final dos anos 1960, a Nigéria se tornou um grande país produtor de petróleo. De 1969 a 1977, o volume de petróleo produzido no país aumentou 380%, enquanto o preço real do petróleo quase quadruplicou (BEVAN, COLLIER e GUNNING, 1999). A receita total do governo da Nigéria (petróleo e todas as outras fontes) subiu de 4,9 bilhões de dólares para 21,5 bilhões de dólares ao longo desses oito anos, descontada a inflação. Simultaneamente, os gastos governamentais nigerianos subiram de 10% para mais de 25% de toda a economia do país, ou seja, não só o governo nigeriano se expandiu rapidamente, ele se expandiu mais rapidamente que o resto da economia nigeriana, como apresentado na Figura 3.

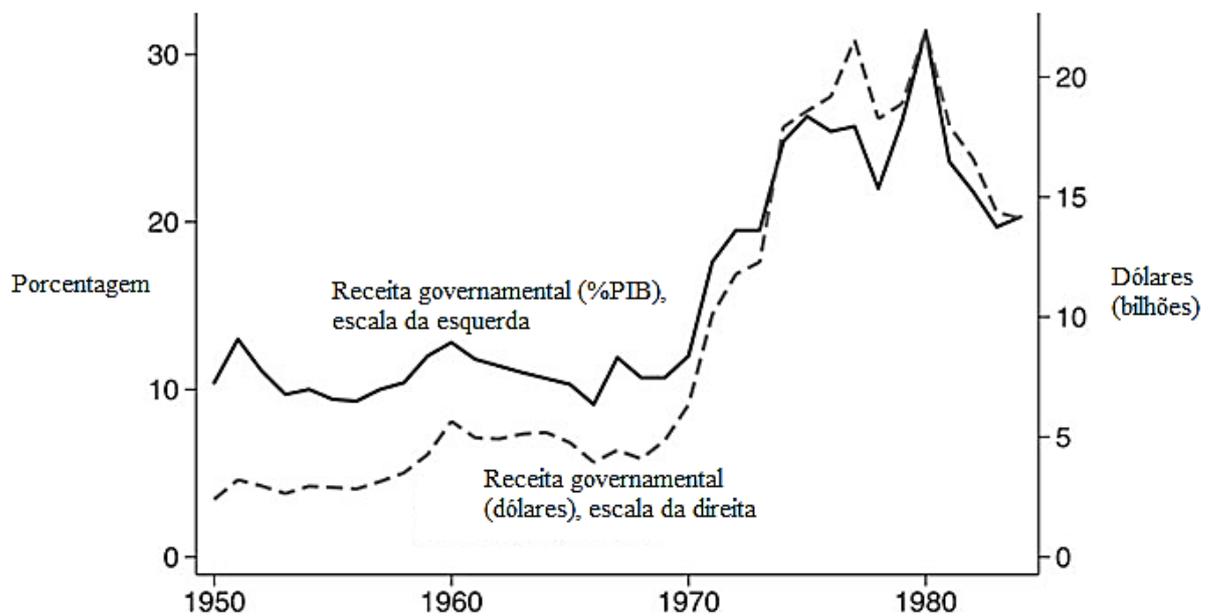


Figura 3 - O tamanho do setor público na Nigéria, 1950-1984.

Fonte: Bevan, Collier e Gunning (1999).

O momento da descoberta de petróleo nos países afeta de forma mais acentuada as instituições, pois países que descobriram óleo mais tarde no tempo em relação à independência do seu país podem ter tido o tempo necessário para desenvolver capacidade estatal suficiente para evitar os efeitos adversos do petróleo (O'CONNOR, 2018). A associação entre a volatilidade do preço do petróleo e o inconsistente crescimento econômico é reduzida em países com sistemas financeiros melhores desenvolvidos (MORADBEIGI, 2016). Outro exemplo utilizado por Ross (2015): no início dos anos 2000, o Azerbaijão e a Guiné Equatorial tornaram-se grandes exportadores de petróleo, ao mesmo tempo em que os preços de petróleo estavam subindo. De 2001 a 2009, os gastos do governo subiram 600% no Azerbaijão e 800% na Guiné Equatorial, descontada a inflação. Essa é uma análise bastante modesta com relação aos gastos do Estado nesses países, pois os governos possuem pouca transparência em relação as receitas provenientes do petróleo. Entretanto, mesmo dados bastante subestimados podem ser indicativos (O'CONNOR, 2018).

Para fins de comparação, a Figura 4 apresenta como exemplo países produtores de petróleo e países vizinhos com renda semelhante, mas que não produzem petróleo em seu território: governos financiados pelo petróleo são de 16%

(Azerbaijão e Armênia) a 250% (Argélia e Tunísia) maiores do que os de seus países vizinhos sem petróleo (ROSS, 2015).

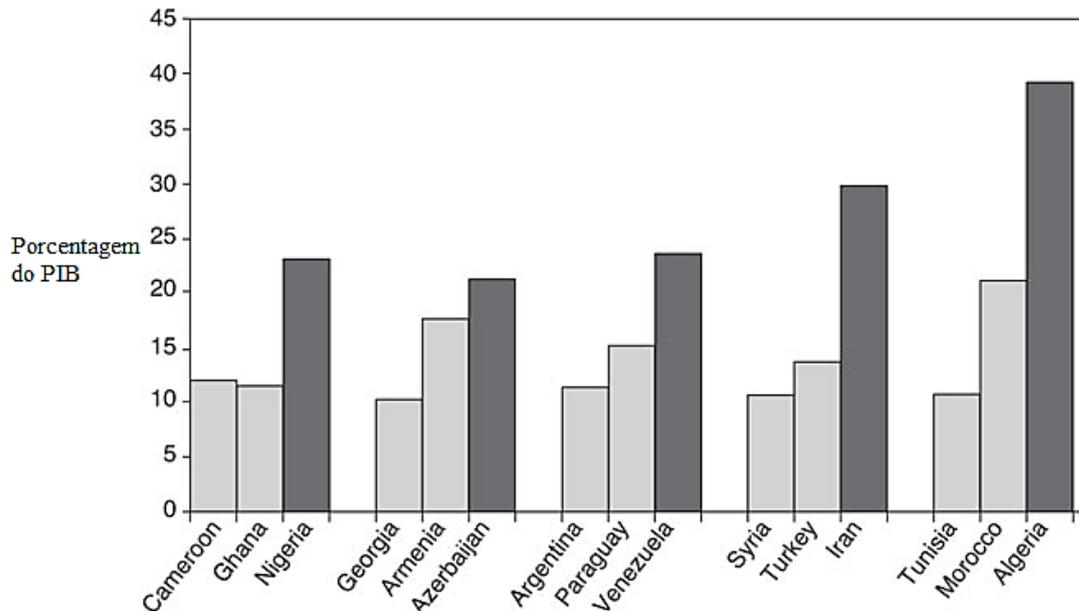


Figura 4 - O tamanho dos setores públicos em países produtores e não produtores de petróleo selecionados. As barras mostram o percentual da economia do país que é utilizado para o governo. As barras mais escuras são os países produtores de petróleo.

Fonte: dados do artigo IV do relatório do FMI para os anos de 1997 e 2007.

Devido à enorme escala das receitas provenientes da riqueza petrolífera de um país, o impacto sobre a fonte de financiamento governamental é curioso: países produtores são cerca de 30% menos dependentes de impostos sobre bens e serviços do que os não produtores e, como resultado, governos de países produtores de petróleo não são meramente dependentes de receitas petrolíferas, mas sim desproporcionalmente dependentes delas e desproporcionalmente liberados de impostos (GUIRK, 2010). Se os governos recebessem financiamento de todas as indústrias na proporção de suas contribuições para a economia nacional, as finanças do governo refletiriam a composição da economia, entretanto, para países ricos em petróleo, este setor responde por cerca de 19% da economia, mas financia em 54% seu orçamento (ROSS, 2015). As profundas consequências para a política e a economia de um país produtor, oriundas da dependência do governo para com as receitas de petróleo, serão discutidas a seguir.

3.4. Propriedade e origem de receitas

Desde o Império Romano os governos têm reivindicado a propriedade dos direitos minerais, quando as minas e os minerais descobertos pertenciam ao Estado por direito de conquista. Em quase todos os países, os governos são proprietários das reservas de petróleo em seu território. A propriedade estatal afeta o tamanho e a fonte das receitas de petróleo, pois como são de sua propriedade, há maior participação no faturamento do setor ao permitir o recolhimento direto dessas receitas, sem a necessidade de taxar empresas do setor privado. O termo “*royalty*” denota a herança histórica dessa relação, seu significado de acordo com o dicionário aponta para os “direitos, prerrogativas ou privilégios” de um monarca quanto ao “pagamento executado” por um produtor de minerais, petróleo ou gás natural ao proprietário local (ROSS, 2015).

Atualmente, apenas os Estados Unidos admitem a propriedade privada generalizada de reservas de petróleo. Com exceção dos campos *offshore*, que correspondem a um quarto de suas reservas, e reservas em sob terrenos públicos, os EUA permite, desde a Corrida do Ouro (1849), o direito de qualquer pessoa que fizer benfeitorias em uma área com reservas minerais a comprar seu título do governo por um preço razoável (LUONG & WEINTHAL, 2010).

Ainda que a propriedade governamental seja importante, ela pode ou não levar a grandes receitas não tributárias. Diferente da grande maioria das indústrias, o petróleo pode gerar rendas e lucros acima e além dos custos de produção, em que os custos incluem uma faixa normal de retorno sobre o capital investido. Esse fenômeno nas receitas de petróleo é chamado de receita “ricardiana”, pois foi descrita pela primeira vez pelo economista David Ricardo, no século XIX. Para elucidar essa peculiaridade sobre as receitas de petróleo, há de se observar duas condições intrínsecas às atividades extrativas: geografia favorável, que dá aos produtores um acesso ao petróleo mais barato e de melhor qualidade do que seus concorrentes, ou seja, considerar que existem diferentes localizações (custos *onshore* e *offshore*) e qualidades de óleo produzidos (valor de mercado); e a escassez do recurso, quando a demanda supera a oferta temporariamente, que teoricamente, acabará sintonizada com a demanda, porém, na indústria de petróleo o “temporariamente” pode levar anos (ROSS, 2015). A Figura 5 mostra a magnitude das receitas em 2008 para onze líderes em exportação, as barras mais escuras mostram o custo de extração por barril e as

barras mais claras mostram o seu preço aproximado no mercado mundial, refletindo diferenças na qualidade do petróleo produzido em cada um dos países.

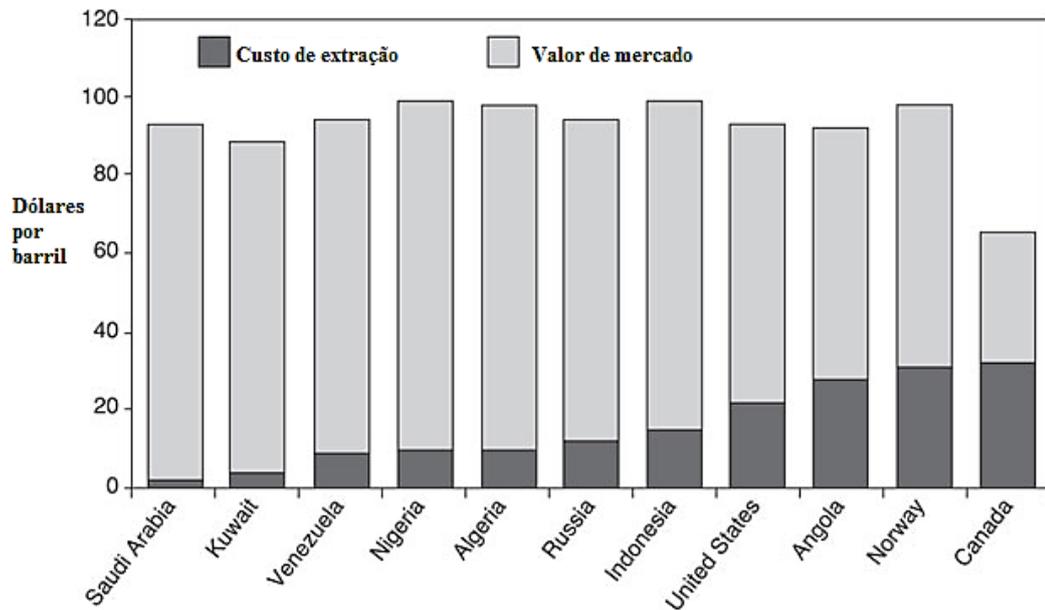


Figura 5 - Os preços e as receitas de petróleo nos países selecionados.

Fonte: Energy Information Administration Web, disponível em: <<http://www.eia.doe.gov>> Acesso em: 10 set 2018.

Antes das grandes nacionalizações da década de 1970, a dimensão das empresas de petróleo e sua capacidade de conspirar tornava quase impossível para os governos recolher as receitas de petróleo que por direito deveriam ter ido para o Estado. As grandes companhias de petróleo se recusavam a concorrer entre si, deixando os governos dos países hospedeiros à mercê de contratos desfavoráveis. Ainda nessa época, além de suas grandes dimensões, as empresas de petróleo contavam com a falta de transparência na captura de receitas, favorecido pelo esquema verticalizado, isto é, as empresas integravam todas as fases do negócio do petróleo: desde a extração do óleo bruto, transporte ao redor do globo, refino, até a distribuição no mercado. Isso facilitou a ocultação de lucros extras dessas empresas através da transferência de preços, embaralhando suas receitas a partir de um braço da companhia sujeito a jurisdição do país hospedeiro para outro braço que não estivesse. (ROSS, 2012.). Esse cenário permitiu que grandes companhias alcançassem retornos excepcionais em seus investimentos, como sugere um estudo do Departamento de Comércio dos EUA que, em 1960, constatou que as companhias de

petróleo dos EUA tinham obtido lucros pós-impostos que representavam 50% de retorno sobre o valor contábil de seus investimentos no Oriente Médio e 29% de retorno sobre investimentos na Venezuela (LEVY, 1982).

As chamadas “Sete Irmãs”, ao final dos anos 1950, controlavam 98% do petróleo comercializado no mundo fora dos EUA e do bloco comunista (LEVY, 1982). Entretanto, entre 1950 e 1970, o equilíbrio de poder entre as companhias de petróleo e os governos hospedeiros mudou drasticamente. Concessões e contratos foram modificados, contratos “meio a meio” entre companhias e governos foram introduzidos, áreas abrangidas por concessões foram reduzidas em tamanho, foram introduzidas regulamentações mais duras a respeito dos requisitos para perfurações e manutenção de reservatórios. De acordo com Edith Penrose em 1976: as mudanças no poder das corporações para os governos culminou em uma onda de expropriações que atingiu o pico entre 1971 e 1976, e em 1980, quase todos os países em desenvolvimento tinham nacionalizado sua indústria de petróleo, estabelecendo companhias nacionais de petróleo (NOCs) para gerenciá-las. Essa onda de nacionalizações no setor do petróleo é apresentada na Figura 6.

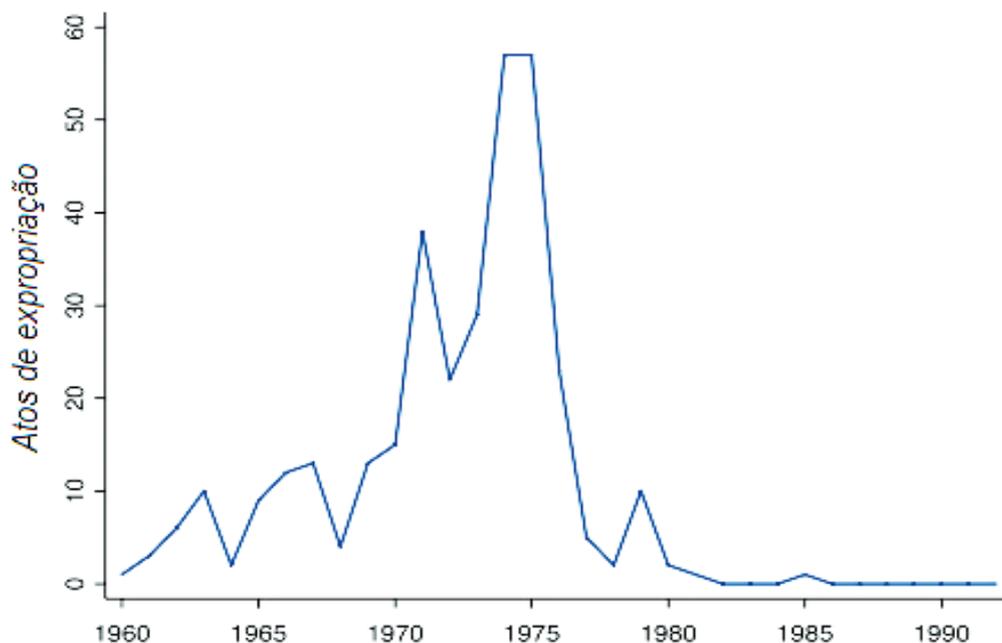


Figura 6 - A expropriação de companhias petrolíferas pelo governo ao redor do mundo, de 1960 a 1993.

Fonte: Kobrin, 1980; Minor, 1994.

A onda de nacionalizações no setor petrolífero tem como principal motivação o aumento do sentimento nacionalista no mundo em desenvolvimento (1950 a 1960), que testemunharam a descolonização (ROSS, 2015). Países como o México e Irã comemoraram suas nacionalizações com festas exuberantes e feriados nacionais especiais. Políticos que apoiavam as nacionalizações ganharam grande aclamação, como por exemplo Saddam Hussein que, de acordo com o biógrafo Coughlin (2002), a nacionalização do setor no Iraque tornou-se “a porta da fama” para Hussein. Outro fator decisivo para as nacionalizações foi a perda do poder de barganha das empresas do setor petrolífero com o aumento das produtoras independentes, que reduziram a participação das principais empresas do ramo como a Getty Oil, a Standard Oil of Indiana, a estatal italiana ENI, a Arabian Oil Company e a União Soviética. A criação da OPEP em 1960, contribuiu para o compartilhamento de informações anteriormente sigilosas sobre seus contratos com as companhias de petróleo (GUIRK, 2010).

O petróleo possui características incomuns quanto a seus ativos. Inicialmente, as empresas possuem grande poder de barganha ao negociar com os governos hospedeiros das reservas, adquirindo contratos bastante favoráveis às empresas, porém, o custo do investimento inicial como concessões, poços, estações de bombeamento e gasodutos, não podem ser facilmente movidos para outros lugares ou utilizados para outros fins. Essa inconsistência temporal quanto aos investimentos no ramo do petróleo, chamada de “barganha obsolescente” por Raymond Vernon (1971), melhorou a posição negocial dos países anfitriões ao longo do tempo. Hoje, a indústria de petróleo é administrada por uma combinação de NOCs, empresas do setor privado e companhias híbridas que combinam posse estatal e privada, todas cotadas em bolsas de valores, que determinam o valor de suas ações em circulação no mercado (GUIRK, 2010).

3.5. Estabilidade das receitas

A volatilidade nas receitas de petróleo é produzida por três fatores: mudança nos preços do petróleo, mudança no ritmo de produção e contratos entre governos e companhias petrolíferas. Em 1861, um ano após a descoberta de petróleo na Pensilvânia, o barril era vendido por dez dólares, nos 12 meses seguintes, o preço caiu 99%, chegando a valer dez centavos de dólar. Essa instabilidade nos preços

persiste até hoje. Esse problema pode ser entendido se considerarmos, a curto prazo, a relação inelástica de preços entre demanda e produção: quando o preço sobe (alta demanda), pode levar anos até que os produtores extraiam mais petróleo, visto que os investimentos nessa indústria são altíssimos e levam anos para gerar frutos, mesmo que esses produtores tenham capacidade ociosa, os gargalos no refinamento e no transporte podem resultar em meses de atraso. Além disso, os consumidores podem levar bastante tempo até se adaptarem ao menor consumo de petróleo, isolando suas habitações termicamente ou trocando seus veículos por opções mais energeticamente eficientes (SMITH, 2009).

O preço do petróleo é mais volátil que o preço de 95% de todos os produtos vendidos nos Estados Unidos. Durante o primeiro século da indústria do petróleo, os preços se tornaram gradualmente mais estáveis, porém, a grande desestabilização aconteceu entre 1935 e 1969, quando o preço variou em média 5,9% por ano, já para o ano de 1947, o preço variou em média 20% e, a partir de 1970, o preço do petróleo mudou em média 26,5% ao ano (KILIAN, 2008). A variação do preço do barril de petróleo no período de 1861 a 2009 é mostrada na Figura 7.

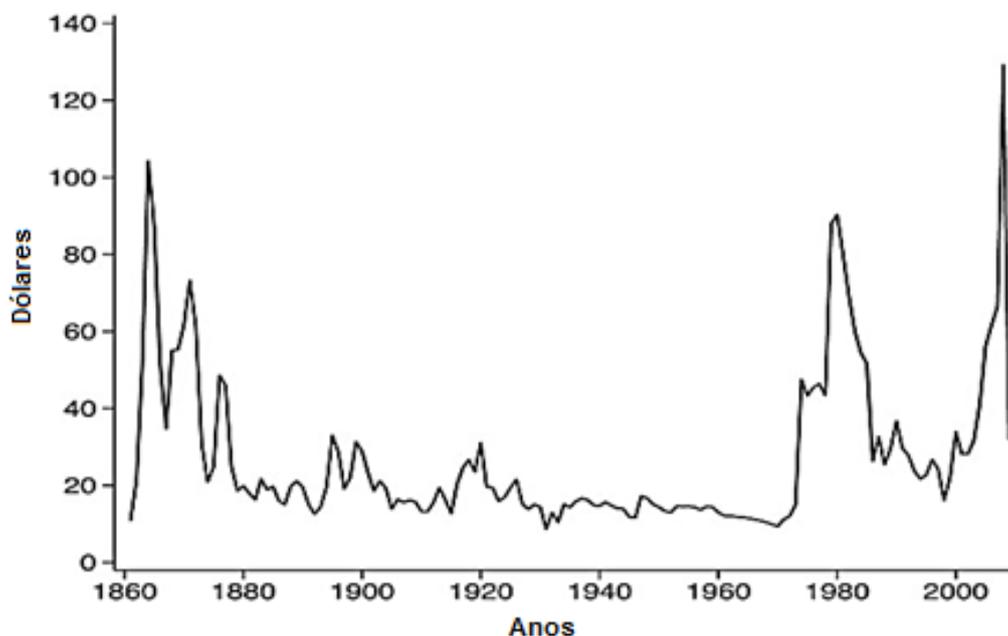


Figura 7 - O preço do barril de petróleo em dólares, 1861 a 2009.

Fonte: British Petroleum (BP), 2010.

O retorno da volatilidade dos preços em torno 1970 foi resultado de três fatores: a onda de nacionalizações a partir de 1960, o fim do sistema *Bretton Woods* para

taxas de câmbio fixas – que fez o valor do dólar flutuar – e o fornecimento de petróleo cada vez mais limitado, após as descobertas de imensos reservatórios no Oriente Médio (1940 a 1960) houve um declínio na capacidade produtiva e a demanda continuou a crescer (ROSS, 2015). A relação entre o consumo e a produção de petróleo no período de 1947 a 2007 é apresentada na Figura 8.

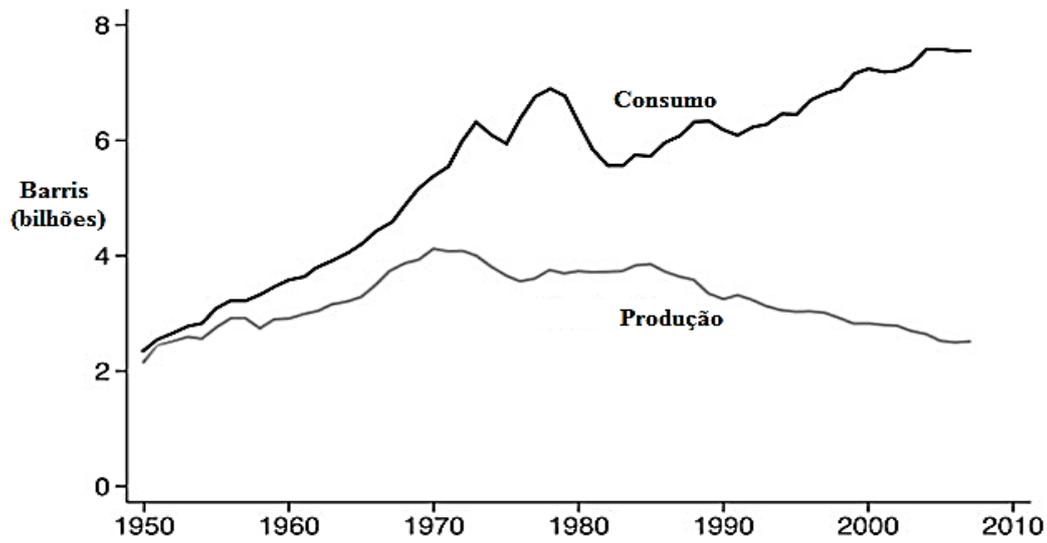


Figura 8 - A produção e o consumo de petróleo nos Estados Unidos entre 1947 e 2007.

Fonte: Energy Information Administration Web, disponível em <http://www.eia.doe.gov> (acessado em 24/09/2018)

O petróleo é um recurso limitado e, uma vez explorado, não pode ser recriado, sendo assim considerado uma forma de riqueza natural para uma nação. Os países possuem quatro tipos de riquezas: capital físico, que inclui estradas, prédios e infraestrutura; capital humano, que significa tamanho, qualidade e educação da sua força de trabalho; capital social, que consiste nos valores, normas e organizações civis comuns a todos; e capital natural, que é constituído do seu território, solo, florestas e minerais (KILIAN, 2008). As receitas advindas do petróleo vêm quase que inteiramente do capital natural, portanto, a menos que se substitua esses ativos com outras formas de capital, como estradas e escolas, o esgotamento do petróleo em um país produtor levará a uma queda na renda do mesmo, resultando em uma preocupante crise (ROSS, 2015).

3.6. Confidencialidade das receitas

Grande parte dos países democráticos tornam públicas suas receitas de petróleo: o Brasil, a Nova Zelândia, a Noruega e o estado norte-americano do Alasca são considerados modelos em transparência segundo dados do *Revenue Watch institute*, em 2010. Entretanto, países menos democráticos ou “parcialmente democráticos” como o Irã e a Venezuela, aproveitam-se da natureza ardilosa das receitas de petróleo e as escondem da opinião pública (ROSS, 2015). O sigilo nas indústrias extrativas é tão comum que até renitentemente nem os governos nem as companhias de petróleo se sentiam forçadas a desenvolver argumentos sofisticados para defendê-lo (ROSENBLUM & MAPLES, 2009).

Apesar da óbvia dificuldade em se medir quanto dinheiro está sendo escondido do público através do governo e companhias, relatórios e análises como os divulgados pela ONG *Global Witness* mostram que países ricos em petróleo têm suas finanças incomumente opacas. Em seu endereço eletrônico (<https://www.globalwitness.org>) a ONG expõe uma série de casos de falta de transparência quando o assunto são finanças do petróleo em países em desenvolvimento. Uma matéria de março de 2018 relatou um escândalo envolvendo a companhia Exxon e políticos da Libéria, um dos países mais pobres do planeta, a “troca de favores” entre a empresa e o governo da Libéria rendeu a Exxon a concessão para explorar reservatórios no país, enquanto políticos envolvidos, em contrapartida, recebiam 35 mil dólares ao mês como “bônus”, mais do que o dobro dos provimentos anuais para os respectivos cargos políticos.

O sigilo das receitas de petróleo pode ser explicado em parte pelo uso de fendas de companhias de petróleo nacionais (NOC's), cujas finanças costumam ser ocultadas da fiscalização pública, como por exemplo o México, que de 1929 a 2000 manteve o Partido Revolucionário Institucional (PRI) no governo financiado pela companhia Nacional Petróleos Mexicanos, a PEMEX (GREENE, 2010). Durante as eleições de 2000, a PEMEX canalizou mais de 100 milhões de dólares para a campanha de reeleição do PRI através do sindicato dos trabalhadores do petróleo. Outro bom exemplo é Kaddafi, que utilizou dezenas de bilhões em dinheiro vivo que haviam sido secretamente escondidos em Trípoli para financiar forças leais e contratar mercenários. Segundo o jornal *The New York Times*, oficiais de inteligência disseram que era difícil distinguir entre os ativos do governo líbio, incluindo seu fundo de bens e soberania nacional, e os ativos da família Kaddafi (RISEN, 2011).

O problema da confidencialidade das receitas de petróleo não atinge apenas autocracias, mas também países semidemocráticos como a Venezuela e o Irã. O governo iraniano transfere lucros do petróleo a figuras políticas poderosas através de *bonyads*, que são empresas semipúblicas que nominalmente estão fora do âmbito do governo e imunes à fiscalização pública (RISEN, 2011). Já na Venezuela, entre a década de 1980 e 1990, a PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A – era uma das empresas de petróleo nacionais com maior grau de independência política e de boa gestão, entretanto, a partir dos anos de 2000, Hugo Chávez retirou da PDVSA sua autoridade independente e substituiu seus mais altos representantes por seguidores leais, colocando a PDVSA a cargo da administração de uma série de programas sociais, intimamente ligados à sua máquina pública. Já em 2004, dois terços do orçamento da PDVSA seguiam para programas sociais e não mais para atividades da própria indústria do petróleo e, comitadamente, a transparência da empresa se tornou cada vez menor, visto que suas divulgações financeiras foram diminuindo ao longo do tempo (RISEN, 2011).

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1. O contexto

O termo maldição dos recursos ou, mais especificamente, “maldição do petróleo”, refere-se ao resultado paradoxal de fracasso econômico de países que possuem grandes reservas de petróleo e gás (KHANNA, 2017). Desde o trabalho de Sachs e Warner (1995), a teoria da maldição dos recursos é bem sustentada por diversos autores da literatura como Auty (2011), Frankel (2012) e Ross (2015), sendo este último o autor do *best seller* intitulado “A maldição do petróleo”.

Estudiosos como Luong e Weinthal (2010) afirmam que a abundância de petróleo, por si só, não é responsável pelo fraco crescimento econômico, mas sim a presença de propriedade estatal no setor petrolífero (KHANNA, 2017). Não por acaso, a questão da propriedade das receitas petrolíferas foi introduzida na revisão da literatura neste trabalho, pois grande parte da discussão na literatura acerca da maldição dos recursos recai sobre a importância da propriedade privada ou governamental do petróleo nos países com grandes reservas. O maior desafio neste trabalho, apesar da vasta literatura sobre o tema, foi confrontar argumentos discordantes que, em quase todos os casos, focam na discussão sobre a influência da propriedade das receitas de petróleo, principalmente quando estas são de propriedade estatal em países menos democráticos. Todavia, as qualidades institucionais de um país não devem estar necessariamente atreladas ao tipo de regime (democracia ou autocracia), pois existem muitas democracias caracterizadas por suas políticas pobres e instituições fracas e autocracias que possuem um bom ambiente institucional (KHANNA, 2017).

4.2. Etapas de Pesquisa

Para atingir o objetivo deste trabalho, a pesquisa foi realizada de acordo com as etapas mostradas na figura 9.

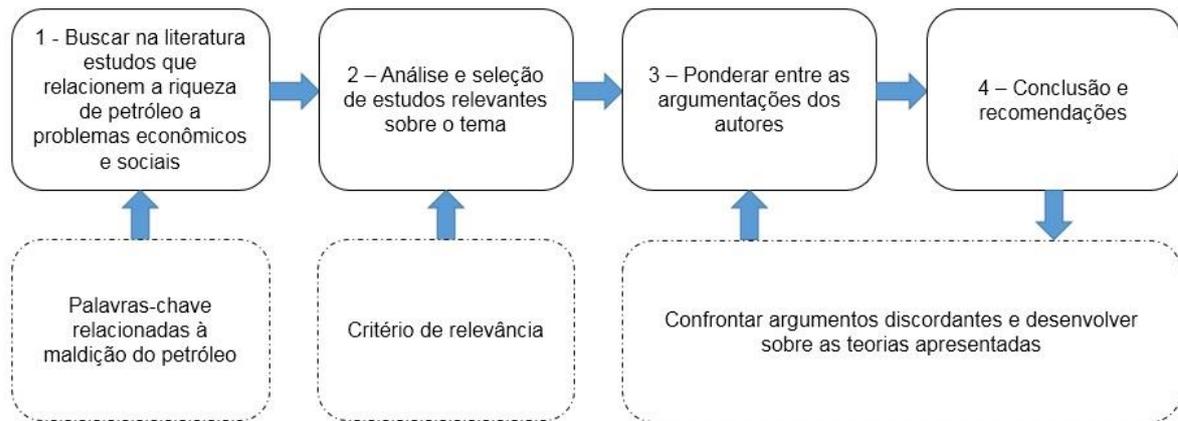


Figura 9 - Etapas da revisão.

Fonte: autor, 2018.

Dados relevantes para analisar o impacto problemático do petróleo no desenvolvimento deste estudo foram coletados de artigos de pesquisa e revisão publicados no período de 2000-2018 através do *ScienceDirect* e Google Acadêmico, capítulos de livros e enciclopédias. Limitou-se, na primeira etapa da pesquisa, a busca por publicações utilizando o termo *oil curse* (maldição do petróleo, em português), visto que grande parte da literatura está disponível somente na língua inglesa. A busca no domínio do *ScienceDirect* e do Google Acadêmico resultou em dezenas de artigos e livros sobre o assunto.

O *ScienceDirect* está entre os maiores bancos de dados que contêm uma boa coleção de publicações em Ciências Sociais e Humanas e a plataforma *Elsevier* de literatura acadêmica revisada por pares, com mais de 3800 periódicos e 37 mil livros. Este banco de dados foi acessado por assinatura corporativa com acesso a textos completos.

O Google Acadêmico é um sistema do Google que oferece ferramentas específicas para que pesquisadores busquem e encontrem literatura acadêmica: artigos científicos, teses de mestrado ou doutorado, livros, resumos, bibliotecas de pré-publicações e material produzido por organizações profissionais e acadêmicas. O Google acadêmico produz muitos resultados e as principais fontes foram livros, monografias e artigos científicos.

Das publicações selecionadas nos bancos de dados, as mais relevantes para o escopo do estudo foram selecionadas para uma análise aprofundada com base no foco do trabalho: estudos associados à maldição do petróleo, configurando a segunda

etapa da metodologia. A obra de Michael L. Ross intitulada “A maldição do petróleo” inspirou a realização deste trabalho e serviu como modelo de literatura para a seleção das publicações.

Com as publicações escolhidas, a terceira etapa segue com a leitura das obras e comparação entre argumentações de autores, buscando encontrar validações e discordâncias entre as teorias defendidas. Finalmente, após as análises, conclui-se sobre o tema apresentado e propõe-se alternativas para o problema da maldição do petróleo.

O presente trabalho de pesquisa é uma revisão dos conceitos da “maldição do petróleo”, com o objetivo de atualizar e alinhá-los aos cenários contemporâneos. O entendimento da pressuposta maldição do petróleo, suas causas e consequências, facilita a concepção de soluções para as situações complexas que países em desenvolvimento com grandes reservas de petróleo e gás natural enfrentam atualmente.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. Doença holandesa

Teorias econômicas populares na década de 1960 sugeriam que a abundância de recursos tipicamente produziam um padrão diversificado de crescimento no setor privado. Sachs e Warner (1995) escreveram o artigo que deu origem à teoria da maldição do petróleo e expuseram uma série de explicações para tal fenômeno, desde características sociais e institucionais até questões políticas e econômicas. Estes autores argumentam que uma alta demanda por recursos naturais significa demanda por bens não comerciáveis e, conseqüentemente, afeta a alocação de mão de obra e capital para o setor industrial. Com isso, quando uma economia tem a experiência de uma grande expansão no setor de recursos naturais (tanto uma melhoria dos termos de comércio ou uma descoberta de recursos), o setor manufatureiro tende a encolher e o setor de bens não comercializáveis tende a se expandir (SACHS & WARNER, 1995).

O termo doença holandesa surgiu no início dos anos 70, quando a Holanda descobriu campos de gás natural no Mar do Norte. As receitas com exportações trouxeram tanta moeda estrangeira que provocaram a valorização do florim, a moeda nacional da Holanda na época. Esse efeito, por sua vez, encareceu em dólares os produtos industrializados do país e lhe tirou competitividade nos outros setores (BRESSER, 2012).

Existem três explicações para a estranha relação entre o petróleo e o crescimento do setor estatal em relação ao setor privado (ROSS, 2015). A primeira razão seria a propriedade governamental das receitas de petróleo, pois se os recursos do subsolo de um país fossem de propriedade privada, a extração do petróleo enriqueceria mais as empresas privadas e menos os governos (LUONG & WEINTHAL, 2010).

A segunda razão é a natureza de “enclave” da maioria dos projetos de petróleo: em alguns casos, empresas trabalham em verdadeiros enclaves geográficos – áreas isoladas e autônomas – como as plataformas *offshore* (ROSS, 2015). Essa falta de encadeamento no setor do petróleo favorece a manutenção de cenários como a Arábia Saudita, o maior produtor de petróleo do mundo, com o petróleo e gás

representando 90% do PIB do país. Entretanto, os setores de petróleo e minerais empregam apenas 1,6% da força de trabalho ativa e 0,35% da população total, resultado do pouco número de trabalhadores em uma plataforma e o elevado capital investido em sua construção e operação (LUONG & WEINTHAL, 2010). A tabela 1 apresenta as maiores empresas de petróleo e gás do mundo atualmente em valor de mercado, a grande demanda em capital no setor do petróleo favorece o surgimento dos enclaves geográficos e justifica a falta de encadeamento de produção, que depõe contra as atividades agrícolas e outros setores da indústria.

Tabela 1 - Maiores empresas de petróleo e gás do mundo por valor de mercado, 2018.

| Colocação | Empresa | Valor de mercado |
|-----------|----------------------|---------------------|
| 1º | Exxon Mobil | US\$ 345,98 bilhões |
| 2º | Royal Dutch Shell | US\$ 300,03 bilhões |
| 3º | Chevron | US\$ 346,16 bilhões |
| 4º | BP | US\$ 162,78 bilhões |
| 5º | Total AS | US\$ 157,57 bilhões |
| 6º | Petrochina | US\$ 141,80 bilhões |
| 7º | China Petroleum Chem | US\$ 123,74 bilhões |
| 8º | Petrobras | US\$ 100,90 bilhões |
| 9º | Statoil ASA | US\$ 87,74 bilhões |
| 10º | Conocophillips | US\$ 81,13 bilhões |
| 11º | Cnooc | US\$ 78,79 bilhões |
| 12º | Eni SPA | US\$ 70,98 bilhões |
| 13º | EOG Resources | US\$ 68,85 bilhões |
| 14º | Suncor Energy | US\$ 64,73 bilhões |
| 15º | Occidental Petroleum | US\$ 64,21 bilhões |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Economatica, 2018.

A terceira razão pela qual o petróleo, por muitas vezes, não conseguir impulsionar o crescimento do setor privado é, de fato, a doença holandesa: o fenômeno econômico que faz com que um *boom* no setor de recursos naturais de um país produza um declínio em seus setores industrial e agrícola (ROSS, 2015). Mais precisamente, a doença holandesa é a sobreapreciação permanente da taxa de câmbio de um país (grande valorização da moeda) resultante da existência de recursos naturais abundantes e baratos (ou de mão-de-obra barata combinada com um diferencial de salários elevado) que garantem receitas *ricardianas* aos países que os possuem e exportam as *commodities* com eles produzidos. Recursos naturais podem ser considerados baratos e geram rendas *ricardianas* para o país, pois seus custos de produção são menores do que os que são incorridos pelos produtores marginais menos eficientes admitidos no mercado (BRESSER, 2012).

A doença holandesa afeta o tamanho do governo enquanto parte da economia: uma vez que os setores de petróleo são geralmente propriedade dos governos, a riqueza do petróleo amplia o Estado; uma vez que os setores agrícola e industrial são tipicamente atividades privadas, sua rentabilidade decrescente reduzirá o tamanho do setor privado (ROSS, 2015). Em suma, a doença holandesa ajuda a transferir as atividades econômicas do país do setor privado para o governo.

5.2. O Estado dono das receitas

A abundância de petróleo produz consequências negativas para a economia por conta da incapacidade de líderes do governo em gerenciar as receitas do petróleo de forma eficaz (KHANNA, 2017). Após as grandes nacionalizações na indústria do petróleo, os preços do petróleo têm sido altamente voláteis. A volatilidade dos preços do petróleo produz grandes flutuações nas receitas de petróleo de um estado e exigem que os líderes estaduais adotem políticas prudentes como, por exemplo, poupar uma fração excedente dessas receitas durante os booms, a fim de permitir ajustes durante crises no setor. Entretanto, evidências na literatura sugerem que países exportadores de petróleo se envolvem em gastos excessivos durante esses *booms* no setor de uma forma que ultrapassa o nível das receitas do petróleo (TORNELL & LANE, 1999). O aumento das despesas é muitas vezes facilitada pelo empréstimo contra as receitas do petróleo, o que resulta em um grande endividamento para esses países e, além disso, esses gastos geralmente são direcionados para atividades perdulárias

(KHANNA, 2017). Estas atividades incluem o fornecimento de uma ampla gama de bens subsidiados e serviços para a população em geral e investimentos em projetos ineficientes, comumente chamados de “elefantes brancos”, como a construção do maior aeroporto da Arábia Saudita, um rio artificial na Líbia, um *resort* nas montanhas na Venezuela, e uma nova capital em Nigéria (GARY & KARL, 2003). O gasto ineficiente e praticamente irrestrito dos governos durante os booms na indústria de petróleo tem sido identificado como o principal mecanismo de transmissão que leva ao menor crescimento econômico nos países exportadores de petróleo (MANZANO & RIGOBON, 2007).

A curto prazo, uma gestão ruim da volatilidade das receitas advindas dos recursos como o petróleo concomitantemente a uma dependência de *commodities*, tende a desacelerar o crescimento a longo prazo (BERTUZZI, 2016). Pode-se analisar a volatilidade nos países produtores de petróleo através de suas flutuações nas receitas dos governos. As Figuras 10 e 11 mostram as flutuações das receitas dos governos do Brasil e Venezuela, frente as receitas do mundo, no período de 2000 a 2012.

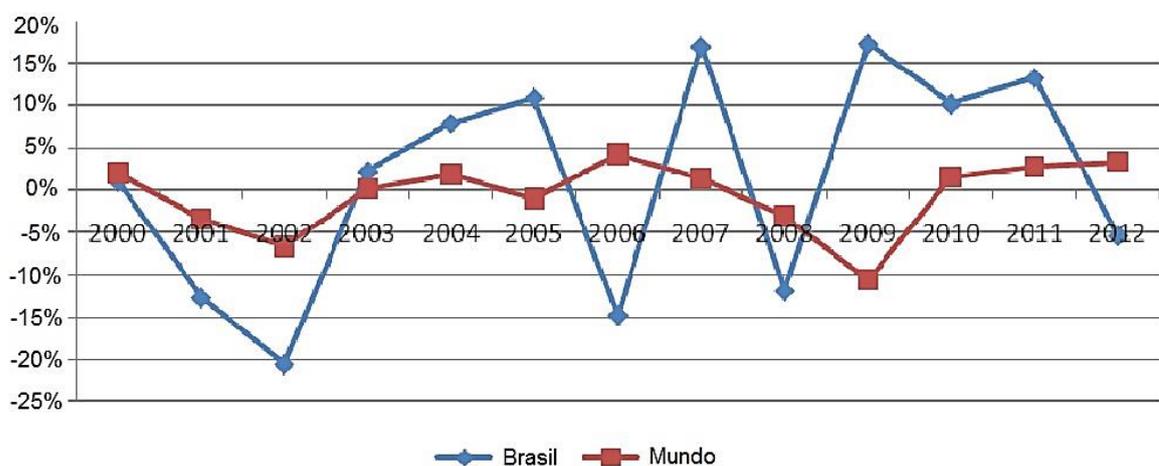


Figura 10 - Volatilidade das receitas do governo no Brasil e no Mundo (2000-2012).

Fonte: Bertuzzi (2016).

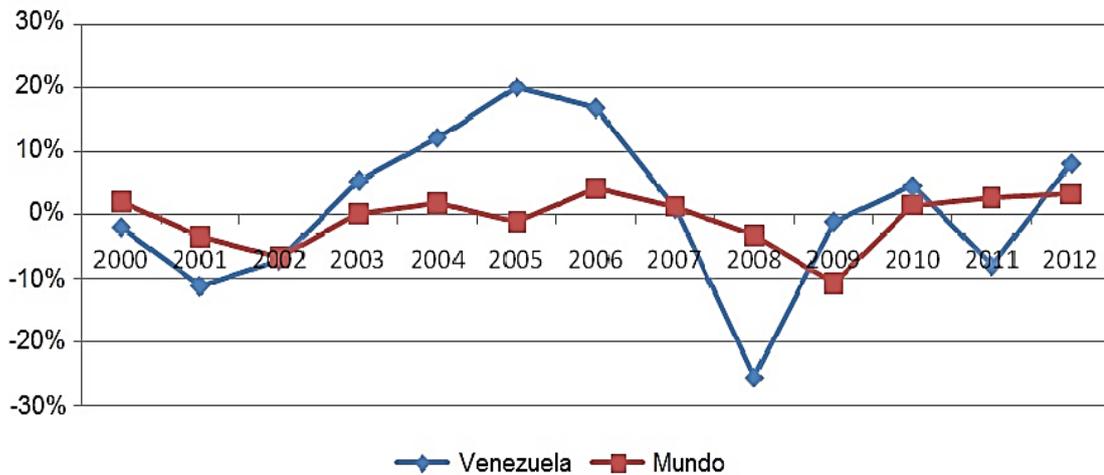


Figura 11 - Volatilidade das receitas do governo na Venezuela e no Mundo (2000-2012).

Fonte: Bertuzzi (2016).

O motivo pelo qual líderes de Estado não adotam políticas de poupança para os recursos provenientes das receitas de petróleo tem sido um dos enigmas centrais da maldição do petróleo. Um argumento para isso é que os *booms* no setor do petróleo induzem a uma displicência sobre as finanças públicas e ao exibicionismo de líderes de governos que acabam se envolvendo em gastos desnecessários e irrestritos. Em contrapartida, a argumentação de Ross (2015) aponta esta explicação como incompatível de acordo com a constatação de Shafer (1994) e Karl (1997), que os líderes estaduais são frequentemente bem informados sobre os perigos do *boom* do petróleo. Os governos fazem aparentemente decisões de gastos irracionais porque eles enfrentam alta social pressão dos cidadãos. O autor explica que os cidadãos dos países exportadores de petróleo reconhecem seus direitos de se beneficiarem da riqueza petrolífera da nação e apenas apoiam os líderes quando eles acreditam que os gastos dos líderes são proporcionais aos massivos ganhos que recebem durante os booms na indústria de petróleo (ROSS, 2015).

As finanças de um país, principalmente as receitas provenientes do petróleo em muitos países exportadores, não são tornadas públicas. A assimilação dos cidadãos é tomada com base na percepção popular do que o Estado acumula durante os *booms* do petróleo e suas observações sobre diferentes projetos e programas sociais realizados pelo estado. Assim, para permanecer no poder e manter o apoio político, os líderes do Estado – tanto em democracias quanto em autocracias –

comprometem-se com excessivos gastos com aquilo que é mais perceptível para os cidadãos, embora sejam despesas ineficientes e imprudentes (KHANNA, 2017).

A percepção dos cidadãos sobre as receitas de petróleo e as suas expectativas com os governos em relação à distribuição dos benefícios dependem da estrutura de propriedade no setor de petróleo: quando as receitas de petróleo são de propriedade do Estado, as expectativas dos cidadãos para distribuição de benefícios são grandes, pois os cidadãos acreditam que o governo recebe vultosas receitas; porém, quando a propriedade destas é transferidas para empresas privadas, as expectativas dos cidadãos para com os governos diminui significativamente, visto que agora eles percebem que o governo não está recebendo a quantidade total de recursos provenientes do petróleo (LUONG & WEINTHAL, 2010). Estas expectativas são percebidas por líderes do Estado e contabilizadas em seu cálculo de tomada de decisão e, como resultado, padrões de gastos e de poupança em países ricos em petróleo variam de acordo com a estrutura de propriedade no setor de petróleo. Ou seja, quando há propriedade estatal, o governo se envolve em gastos populistas que tenham um alto grau de visibilidade como subsídios universais e projetos públicos grandiosos, mas quando há propriedade privada das receitas, o governo poupa e investe as receitas de petróleo de forma mais eficiente (LUONG & WEINTHAL, 2010). Luong e Weinthal (2010) e Ross (2015) fornecem suporte para suas argumentações utilizando estudos de caso de economias ricas em petróleo da antiga União Soviética.

A extinta União Soviética nacionalizou sua indústria de petróleo logo após a Revolução Russa em 1917. Apoiado pelas receitas de petróleo, o governo soviético financiou uma ampla gama de projetos sociais e subsidiou a espetacularmente ineficiente economia soviética (ROSS, 2015). Contudo, a produção de petróleo não teve capacidade de acompanhar a expansão da economia e no início dos anos 1950, um fornecimento limitado de petróleo passou a ser o calcanhar de Aquiles da economia soviética. A alta nos preços do barril de petróleo, somada às descobertas de novas fontes produtivas na Sibéria, na década de 1970 e 1980, fez com que o petróleo na URSS respondesse por 80% dos ganhos em moeda forte naquele período. Porém, após o auge da produção de petróleo (1980), os seis anos seguintes trouxeram a queda em 70% do preço do petróleo, reduzindo drasticamente as receitas soviéticas. Em 1980, a União Soviética produzia cerca de US\$ 3.100 per capita em renda de petróleo e gás natural, essa renda caiu para cerca de dois terços, em 1991, culminando em US\$ 1.050 per capita (LUONG & WEINTHAL, 2010).

Fatidicamente, o fim da União Soviética não significou o fim da crise econômica na atual Rússia. Quando os preços do petróleo caíram para 10 dólares o barril em 1998, a renda de petróleo e gás da Rússia despencou para US\$ 475 per capita, correspondendo a uma queda de 85% em relação ao auge de 1980, e o governo russo colapsou, entrando em dívidas bilionárias em empréstimos internos (ROSS, 2015).

Estudos como o de Barro (1998) que apoiam a existência de uma maldição de recursos baseiam suas conclusões em comparações entre países ricos ou pobres em petróleo e seus regimes democráticos ou autocráticos. Mesmo contundentes estudos de caso como realizado por Luong & Weinthal (2010), alguns exemplos desafiam a existência de uma maldição política entre os países: os baixos níveis de democracia nos países do Oriente Médio e região Norte da África (MENA) são devidos à influência de fatores culturais característicos da região como um todo, pois mesmo os países destas regiões que não possuem petróleo apresentam baixo índice de democracia. Em outro exemplo, Alexeev & Conrad (2009) avaliam a experiência da Bielorrússia, Rússia e Ucrânia após o colapso da União Soviética. Os autores concluem que os três países têm tido condições econômicas culturais, institucionais e estruturais bastante semelhantes, porém a grande diferença entre eles está na riqueza de recursos (Rússia): se a maldição dos recursos naturais fosse inescapável, a Rússia teria as piores instituições e o mais baixo PIB per capita dos três países, enquanto a Bielorrússia teria os melhores indicadores, entretanto a realidade se desvia dramaticamente dessa previsão (ALEXEEV & CONRAD, 2009).

Existe também a possibilidade de corrupção quando há propriedade privada das receitas de petróleo: governos corruptos podem transferir a propriedade para aqueles que já estabeleceram conexões com eles, ou quem oferece subornos e favores políticos em troca do acesso a recursos. Nesse caso, os líderes do Estado podem achar mais fácil realizar acordos com empresas privadas para manipular as contas, ocultar informações sobre a empresa e distorcer as operações para atender a objetivos meramente políticos. No entanto, o valor das empresas privadas não pode ser ocultado por muito tempo, pois as empresas privadas estão sujeitas ao escrutínio de mercados e enfrentam uma ameaça credível de falência e aquisições (LUONG & WEINTHAL, 2010).

Houve casos de privatização corrupta no setor do petróleo no passado - o exemplo mais conhecido é o de Rússia no início dos anos 90, como revelado no

estudo de Luong e Weinthal, 2010. Nesta década, o Estado russo transferiu a propriedade das receitas para empresas privadas com o principal objetivo de, em conluio com essas empresas, transferir os recursos provenientes do petróleo para o seu uso pessoal e em benefícios políticos (LUONG & WEINTHAL, 2010). No entanto, quando as empresas petrolíferas privadas na Rússia enfrentaram fortes restrições orçamentárias durante a crise financeira de 1998, estas começaram a investir em eficiência e rentabilidade a longo prazo, instituindo mecanismos de supervisão e monitoramento interno, aumentando a transparência de suas operações e receitas, além de exigirem a clara separação da empresa com o governo (KHANNA, 2017). Desta forma, mesmo com a privatização corrupta, a extensão da capacidade dos líderes estaduais em distorcer as operações para atingir os objetivos políticos permanecem limitadas. Portanto, a propriedade privada das receitas de petróleo levará a melhores resultados de crescimento se comparada a propriedade estatal, pois não só reduz as expectativas dos cidadãos para distribuição irresponsável de benefícios (gastos públicos irrestritos), conforme argumentado por Luong & Weinthal, 2010, mas também a capacidade dos líderes estaduais de se envolver no desvio das rendas do petróleo (KHANNA, 2017).

Dado que a política de gastos do estado é o principal causa que liga a abundância do petróleo à economia, os argumentos e descobertas de Luong e Weinthal (2010) levaram a previsão de que a abundância de petróleo seria mais prejudicial ao crescimento sob propriedade estatal e menos prejudicial sob a propriedade privada. Entretanto, existem dois pontos a se considerar: Primeiro, as expectativas dos cidadãos para a distribuição de benefícios por si só não podem determinar como as receitas do petróleo são gerenciadas em um país. Há, também, dependência da confidencialidade que esses governos têm em relação ao gasto das receitas do petróleo. O tipo de estrutura de propriedade no setor do petróleo determina a discricção que os governos podem exercer sobre as receitas do petróleo, que por sua vez deve afetar os gastos e os resultados de crescimento econômico. Segundo, as teorias existentes sobre a propriedade negligenciam uma dimensão importante, que é a qualidade das instituições pré-existentes: o ambiente institucional em um país deve influenciar a relação entre a propriedade das receitas e o crescimento econômico (KHANNA, 2017).

5.3. Petróleo *versus* Democracia

A riqueza de petróleo faz com que democracias se tornem menos democráticas? Partindo da premissa de que as receitas de petróleo incrementam a popularidade de um governo, a resposta seria negativa, pois tanto autocracias como democracias seriam reforçadas por essa popularidade (ROSS, 2015). Estudos estatísticos como os de Smith (2007) e Morrison (2009) acreditam que as receitas de petróleo tendem a ajudar as democracias a permanecerem democráticas. Aqui há de apontar a influência das instituições pré-existentes para cada país analisado.

Para qualificar um país como democrático, Przeworski (2000) afirma que este deve atender a, no mínimo, quatro condições: o chefe do poder executivo do governo, um presidente ou primeiro-ministro, deve ter sido eleito; o poder legislativo deve ter sido eleito; deve haver ao menos dois grandes partidos políticos que possam competir livremente em eleições e pelo menos um governo de situação deve ter sido derrotado e substituído por um sucessor eleito.

Países que recentemente experimentaram grandes descobertas de petróleo desenvolveram suas democracias significativamente mais devagar do que países que não o fizeram, no entanto, países que eram inicialmente pelo menos um pouco democráticos não presenciaram os efeitos negativos do petróleo em suas democracias (TSUI, 2011).

As democracias mais ricas tendem a colocar restrições mais eficazes ao poder executivo devido à maior influência de seus parlamentares e tribunais; democracias menos ricas geralmente têm legislaturas e tribunais mais fracos e menos restrições ao poder executivo (ROSS, 2015). Nas democracias mais ricas e consolidadas, freios e contrapesos impedem que dirigentes acumulem muito poder político e econômico proporcionado pelo petróleo; nas democracias mais pobres e de renda média, a riqueza do petróleo pode ajudar os dirigentes a acumular influência política suficiente para dismantelar os freios e contrapesos que manteriam o seu governo democrático (ROSS, 2015).

A argumentação de Ross (2015) implica que a riqueza de petróleo pode tornar democracias de baixa renda menos democráticas. De fato, existe uma evidência para essa constatação, ainda que seja pequena, mostrada na Tabela 2 que mostra a taxa anual de falhas democráticas – indicando a probabilidade anual de que

um governo democrático se torne uma ditadura – para todos os países no período de 1960 a 2008.

Tabela 2 - Transições para o autoritarismo, 1960 a 2008. Esses números mostram a porcentagem de países que migraram de regimes democráticos para autoritários em um determinado período.

| | Não produtores de petróleo | Produtores de petróleo | Diferença |
|-------------------------------------------------------|----------------------------|------------------------|-----------|
| <i>Todos os países e períodos</i> | 1,9 | 1,17 | -0,72 |
| <i>Baixa renda (abaixo de US\$ 5.000)</i> | 3,32 | 2,97 | -0,35 |
| <i>Alta renda (acima de US\$ 5.000)</i> | 0,28 | 0,46 | 0,18 |
| <i>Período: 1960 a 1979</i> | 3,7 | 0,74 | -2,95 |
| <i>Período: 1980 a 2008</i> | 1,08 | 1,3 | 0,21 |
| <i>Por renda e período: Baixa renda, 1980 a 2008.</i> | 1,86 | 3,33 | 1,46 |

Fonte: Adaptado de Andersen & Ross, 2013

Nota-se, na tabela anterior, que os efeitos contra a democracia se tornam mais pronunciados em países de baixa renda e, especialmente, após as grandes nacionalizações da década de 1970 (KHANNA, 2017).

A maioria dos estudos sobre a maldição dos recursos baseia-se em conjuntos de dados que começam entre 1960 e 1970; Haber & Menaldo (2011) construíram um conjunto de dados utilizando um período bastante anterior - para algumas de suas variáveis - desde o ano de 1800. Eles argumentam que esta série temporal

extraordinariamente longa permite-lhes identificar a relação de equilíbrio de longo prazo entre recursos naturais e tipo de regime (HABER & MENALDO, 2011).

No entanto, a maioria dos anos no conjunto de dados Haber e Menaldo não é informativa, pois entre 1800 e 1860, nenhum país produziu um único barril de petróleo sequer, e até a década de 1940, apenas um par de países - principalmente os Estados Unidos, Venezuela e México - produziram quantidades economicamente significativas. Utilizando-se uma série temporal muito longa - mesmo quando as séries temporais e observações transnacionais são reunidas, como em cerca de metade do modelo de Haber-Menaldo - tem uma desvantagem importante: pode abrir a porta para enganar inferências, se a relação entre as variáveis independentes e dependentes mudou ao longo do tempo (ANDERSEN & ROSS, 2013).

Existem fortes evidências para suspeitar que a relação entre petróleo e tipos de regime (democráticos e autocráticos) de fato mudou ao longo do tempo. A Figura 12 mostra os resultados do índice *Polity IV* para dezenas de países produtores de petróleo e países não produtores, comparando-os. A série de dados *Polity* é uma série de dados amplamente usada para pesquisas em ciências políticas. A versão mais recente, *Polity IV*, contém informações anuais codificadas sobre o nível de democracia para a maioria dos países com população total superior a 500.000, dos anos de 1800 a 2016. Os resultados dos índices de *Polity* sobre o nível de democracia de um estado são baseadas em uma avaliação das eleições do país para competitividade e abertura, a natureza da participação política em geral e a extensão dos controles sobre a autoridade executiva.

Na Figura 12, embora as pontuações políticas dos países petrolíferos estivessem relativamente próximos da pontuação dos países não-petrolíferos durante a maior parte deste período, eles parecem divergir em algum momento do início dos anos de 1980. Ambos os conjuntos de países tornaram-se mais democráticos após 1976, porém os países não petrolíferos avançaram e aceleraram em direção à democracia mais rapidamente (ANDERSEN & ROSS, 2013)

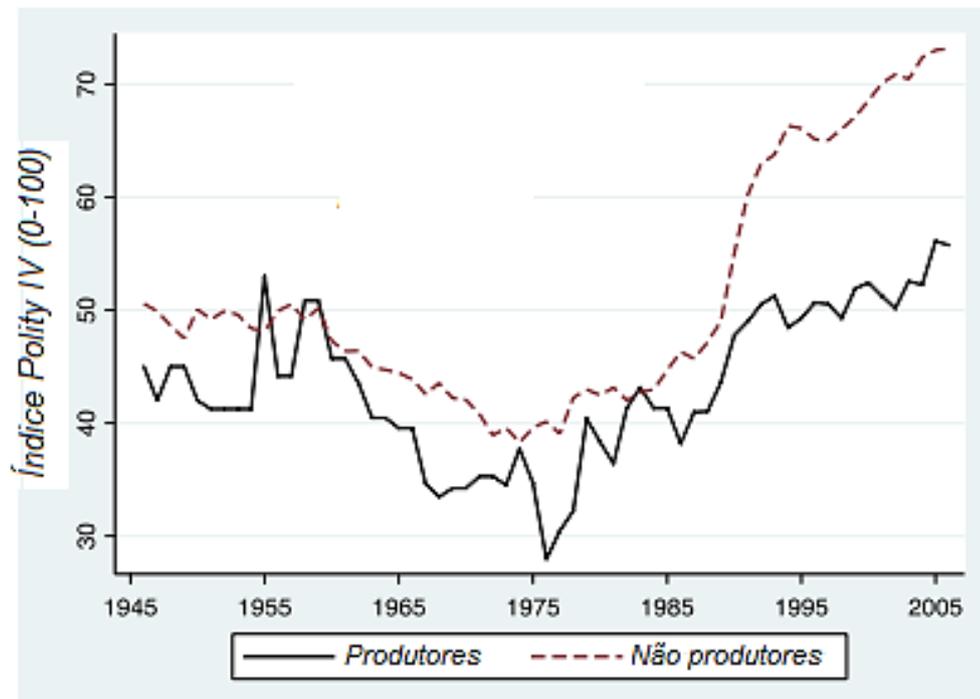


Figura 12 - Índice Polity IV para países produtores e não produtores de petróleo, 1945-2006. A linha preta sólida mostra a pontuação média do índice Polity IV (em uma escala de 0 a 100) – quanto maior o índice, maior o nível de democracia - de todos os países com menos US\$ 100 em renda per capita de petróleo; a linha segmentada mostra as pontuações de todos os outros países que estão incluídos nos dados de Haber-Menaldo (2011)

Fonte: Andersen & Ross, 2013.

Quando o petróleo é de propriedade estatal, os líderes de Estado frequentemente exercem controle direto sobre as receitas do petróleo através das Empresas Nacionais de Petróleo (NOCs) que facilitam a canalização de rendas de petróleo para despesas desnecessárias e o acúmulo de influência política (LWANDA, 2011). Os NOCs são frequentemente usados como veículo para distribuir subsídios, distribuir patrocínio, compra de poder político e gastos com despesas improdutivas (KHANNA, 2017).

Algumas das evidências mais surpreendentes vêm dos Estados Unidos, onde o governo federal tem pouco controle sobre as receitas de petróleo, visto que os governos estaduais regulam suas atividades de forma independente e recebem receitas substanciais do petróleo (ROSS, 2015). Os estados com maiores receitas do petróleo, os governadores são mais propensos a serem reeleitos com margens mais

amplas sobre seus adversários, como o caso extremo no estado de Louisiana, na década de 1920: o então governador do estado, Huey Long, acumulou influência política sem precedentes por uma espécie de “petropopulismo”, após o aumento dos impostos sobre empresas de petróleo, Luong usou as receitas restantes para financiar novas estradas e hospitais, livros gratuitos para crianças em idade escolar e patrocínio para os legisladores e políticos locais que o apoiavam. O tamanho do Estado proporcionou-lhe grande popularidade e poderes extraordinários, incluindo o poder de censurar jornais antipáticos, paralisar financeiramente os governos locais nas cidades do estado que se opunham a ele e contratar e demitir pessoalmente os funcionários do estado, desde delegados a professores de escolas (SARBU, 2014).

Durante a última década, o presidente venezuelano Chávez capitalizou sobre o aumento dos preços do petróleo através da companhia estatal PDVSA para financiar projetos que aumentaram sua popularidade entre segmentos importantes, incluindo famílias de baixa renda e os militares. Com esse apoio, Chávez aproveitou para eliminar verificações independentes sobre sua autoridade através da substituição de juízes da Suprema Corte e da imposição de restrições à mídia. Em fevereiro de 2009, Chávez venceu um referendo nacional para remover os limites de tempo de permanência em cargo para os funcionários públicos, permitindo-lhe permanecer no cargo por tempo indeterminado (ROSS, 2015).

Mesmo mecanismos externos de monitoramento como os mercados de ações não servem como impedimentos para a falta de transparência das companhias estatais (NOC's). Países onde o governo detém 100 por cento das ações de suas companhias não possuem participações destas listadas no mercado de ações. Para os casos onde o Estado detém a maioria das ações (mais de 50 por cento), também não há muita confiança sobre as informações disponíveis sobre a empresa e, para o restante das ações a venda, a participação majoritária do Estado cria a iliquidez no mercado e reduz os incentivos de acionistas possivelmente interessado em adquirir informações sobre a empresa (SARBU, 2014)

Entretanto, quando há propriedade privada, o governo não tem acesso direto às receitas do petróleo através das NOC's, o que reduz sua capacidade de se envolver em desperdício de dinheiro público. Sob propriedade privada, os NOC's não existem ou possuem apenas um papel marginal. As principais autoridades que lidam com o setor do petróleo são as burocratas encarregadas de tributar e regular empresas privadas, como por exemplo a Agência Nacional do Petróleo – ANP. As operações

de empresas privadas também trazem maior nível de transparência no setor petrolífero. Os interesses financeiros das empresas privadas são atendidas apenas quando estas divulgam informações sobre suas operações para acionistas, potenciais investidores e parceiros (SARBU, 2014). Companhias petrolíferas estrangeiras, em particular, também devem aderir aos padrões internacionais de contabilidade e estão sujeitos à pressão internacional por transparência e outras normas, especialmente desde o final da década de 1980. A relativa transparência das operações privadas torna difícil para os líderes do Estado interferir em empresas privadas e impor obrigações políticas à elas (KHANNA, 2017).

A tabela 3 mostra as classificações de produtores e não produtores de petróleo em 2008 quanto a sua transparência orçamentária. Globalmente, países produtores têm mais ou menos as mesmas classificações que países não produtores de petróleo, porém, quando democracias e autocracias são vistas separadamente, surge um padrão perceptível: no grupo de autocracias, os países produtores de petróleo têm menos transparência orçamentária; no grupo das democracias, os países produtores de petróleo têm um pouco mais de transparência, contudo, esta última diferença não é estatisticamente significativa (ROSS, 2015).

Tabela 3 - Transparência orçamentária, 2008. A pontuação de transparência orçamentária varia de 1 a 100, com maior pontuação indicando maior transparência orçamentária.

| | <i>Não produtores de petróleo</i> | <i>Produtores de petróleo</i> | <i>Diferença</i> |
|---------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|------------------|
| <i>Todos os países</i> | 39,6 | 39,9 | 0,3 |
| <i>Apenas democracias</i> | 43,3 | 56,5 | 13,2 |
| <i>Apenas autocracias</i> | 33,4 | 18,9 | -14,5 |

Fonte: *International Budget Partnership*, 2008.

Quanto maior a riqueza em petróleo, mais sigiloso o orçamento de um país (ROSS, 2015). O sigilo orçamentário dos produtores de petróleo africanos é especialmente forte: quatro dos cinco países mais opacos – Angola, Chade, Nigéria e

Camarões – são exportadores significativos de petróleo e, os cinco mais transparentes – África do Sul, Botsuana, Zâmbia, Uganda e Namíbia – têm pouco ou nenhum petróleo (ROSS, 2015). A figura 13 apresenta os resultados sobre transparência orçamentária no ano de 2012 para países não-democráticos.

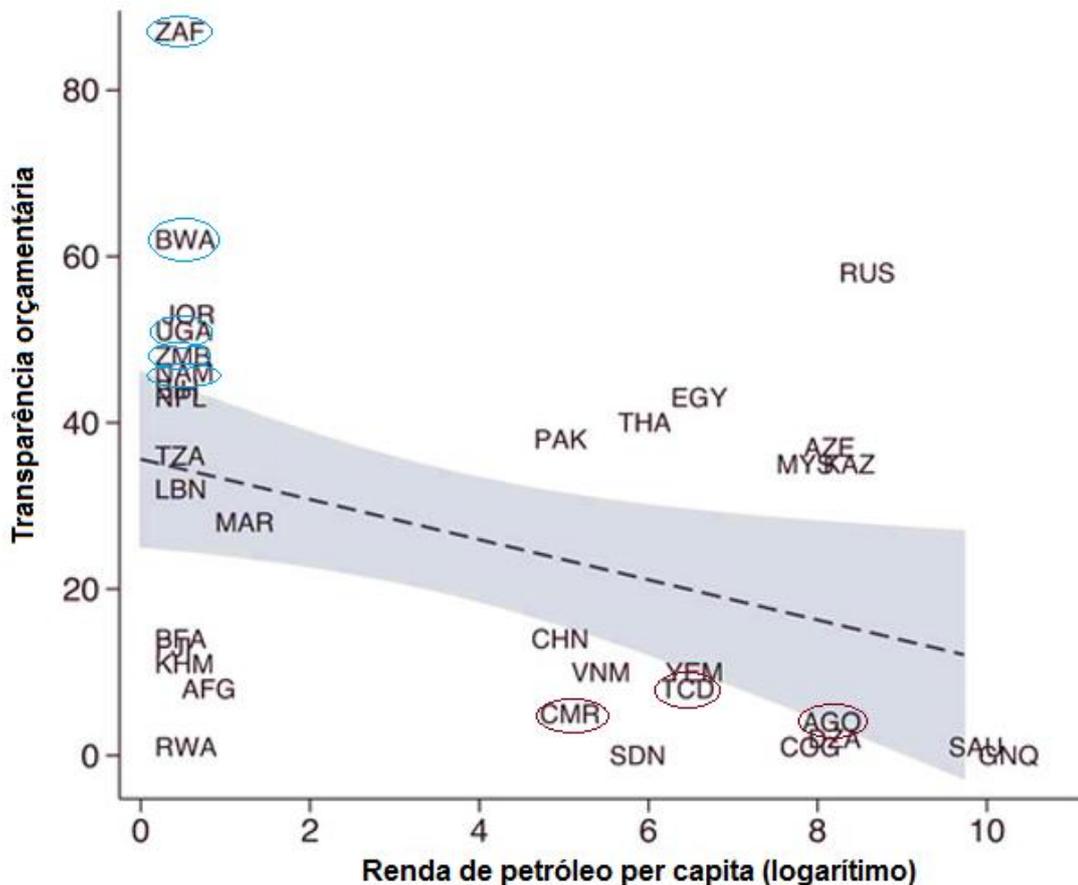


Figura 13 - O petróleo e a transparência no orçamento em autocracias, 2012.

A pontuação de transparência varia de 0 a 100, com pontuação alta indicando que mais informações sobre o orçamento foram publicamente divulgadas.

Fonte: *International Budget Partnership*, 2012.

5.4. As instituições políticas e o problema econômico

Até a década de 1960, acreditava-se que a riqueza em recursos minerais era benéfica para a economia: países ricos em minerais na África pareciam ter um futuro promissor, enquanto países pobres em recursos naturais na Ásia Oriental provavelmente enfrentariam grandes dificuldades (ROSS, 2015). A situação era

totalmente oposta em meados dos anos de 1990: países da Ásia Oriental experimentaram décadas de forte crescimento econômico, já os países da África enfrentaram fracassos na economia. Os países ricos em petróleo no Oriente Médio, que desempenharam grande avanço econômico até a década de 1970, passaram maior parte dos anos de 1980 e 1990 perdendo terreno (ROSS, 2015). Até 2005, metade dos países da OPEP eram mais pobres do que há 30 anos antes. A partir de então surgiu o argumento de que a riqueza em recursos naturais, paradoxalmente, reduzia o crescimento econômico no mundo em desenvolvimento, trazendo governos fracos, corrupção e fraudes (SUBRAMANIAN, 2003).

O senso comum de que o petróleo traria um desenvolvimento econômico mais lento é desmentida pela argumentação de Ross (2015) e Luong & Weinthal (2010): o crescimento econômico dos países produtores de petróleo tem sido irregular, mas não mais rápido ou mais lento que o crescimento econômico dos outros países. A questão a ser analisada é o porquê dos países produtores de petróleo não terem apresentado um crescimento econômico mais rápido que o normal devido à sua enorme riqueza natural (ROSS, 2015).

Economias baseadas em recursos naturais acabam sendo mais propensas a choques dos preços mundiais das *commodities*, pois a abundância de recursos gera uma alta renda por conta da taxa sobre essas atividades e, por consequência, torna a economia acomodada, já que os governantes não dependem da atividade econômica de outros setores para garantir a sobrevivência do Estado, por conta da fácil taxa dos lucros de recursos naturais (BERTUZZI, 2016). Essa estrutura deixa pouco espaço para modelos de crescimento alternativos e, por outro lado, acaba gerando gastos extraordinários, sem compensar a escassez futura dos recursos com uma diversificação econômica (SACHS & WERNER, 1997).

A Tabela 4 apresenta os resultados sobre as taxas de crescimento econômico per capita dos países produtores e não produtores de petróleo, no período de 1960 a 2006: durante o período, os países produtores de petróleo cresceram praticamente na mesma taxa que países não produtores e, para os países em desenvolvimento, suas taxas de crescimento foram virtualmente idênticas – apenas 1,5% ao ano acima.

Tabela 4 - Crescimento econômico anual per capita, 1960 a 2006.

| | Não produtores | Produtores | Diferença |
|-----------------------------------------|----------------|------------|-----------|
| <i>Todos os países</i> | | | |
| 1960-2006 | 1,76 | 1,67 | -0,09 |
| 1960-1973 | 2,77 | 4,5 | 1,72 |
| 1974-1989 | 1,14 | 0,22 | -0,93 |
| 1990-2006 | 1,45 | 2,04 | 0,59 |
| <i>Apenas países em desenvolvimento</i> | | | |
| 1960-2006 | 1,56 | 1,54 | -0,02 |
| 1960-1973 | 2,34 | 4,67 | 2,33 |
| 1974-1989 | 0,97 | -0,38 | -1,35 |
| 1990-2006 | 1,42 | 2,24 | 0,82 |

Fonte: Adaptado de Maddison, 2009.

A Tabela 04 também mostra a divisão desses 47 anos em três períodos menores, revelando um padrão surpreendente: os países produtores de petróleo apresentaram períodos alternados de crescimento excepcionalmente rápido e excepcionalmente lento. De 1960 a 1973, os países produtores de petróleo cresceram mais rapidamente que os outros países; de 1974 a 1989, cresceram mais lentamente; e, de 1990 a 2006, novamente cresceram mais rapidamente. Caso se deixe de lado os países mais industrializados e desenvolvidos, o abismo entre países produtores e não produtores de petróleo – nos momentos bons ou nos momentos ruins – torna-se ainda maior. O desvio padrão, para a análise de todos os países, foi cerca de 40% maior para os produtores de petróleo; quando se considera apenas países em desenvolvimento, o desvio padrão foi mais que 60% maior para os países produtores de petróleo (MADDISON, 2009).

Acompanhar periodicamente o crescimento das fortunas econômicas dos países produtores de petróleo mais importantes do mundo em desenvolvimento é uma boa maneira de se observar os efeitos econômicos do petróleo. A Figura 14 apresenta a variação da renda per capita em dólares para os treze países que produziram pelo

menos US\$ 1000 per capita em petróleo e gás natural entre a década de 1950 e 1980: Argélia, Bahrein, Gabão, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Omã, Trinidad, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. Em 1950, esses países já eram cerca de seis vezes mais ricos que outros países em desenvolvimento e, durante as duas décadas seguintes, o abismo entre eles e o resto do mundo em desenvolvimento cresceu ainda mais, atingindo um pico no momento do primeiro choque do petróleo em 1973-1974. Entretanto, entre 1974 e 1989, a renda per capita desse grupo de países caiu em média 47% e, em 1990, quatro deles (Iraque, Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos) ficaram mais pobres do que eram em 1950. Isso ocorreu, em parte, por conta de suas economias estarem intimamente ligadas à evolução global dos preços do petróleo (ROSS, 2015).

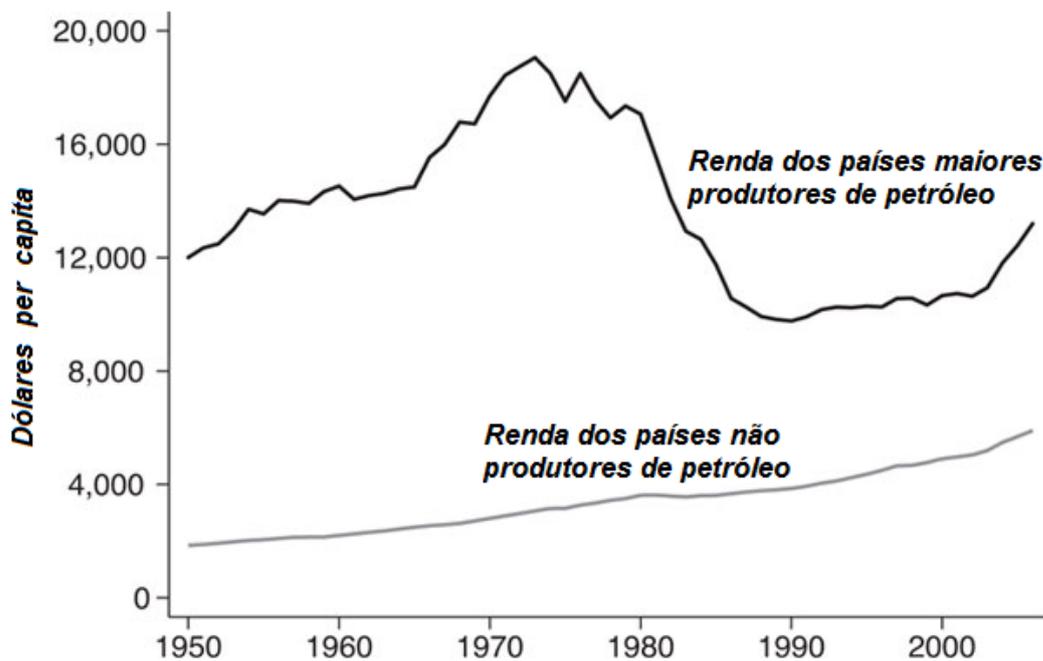


Figura 14 - Renda dos principais produtores de petróleo, 1950 a 2006.

Fonte: Maddison, 2009.

A Figura 15 apresenta a média da renda per capita desses treze países, durante o mesmo período, mas agora justaposta ao preço do petróleo. De 1950 a 1973, enquanto o preço real do petróleo permaneceu praticamente inalterado, os treze países se beneficiaram de um forte crescimento do PIB per capita, tendo a Líbia como o país com o crescimento mais acelerado do grupo, onde a sua renda per capita aumentou 678%. Contudo, ainda na década de 1970, suas taxas de crescimento

começaram a desacelerar quando o preço real do petróleo aumentou mais de nove vezes: quase todos os países tiveram problemas para gerenciar as vultosas receitas que passaram a receber inesperadamente, apesar de suas estratégias variadas (MADDISON, 2009). Alguns dos maiores produtores – incluindo Irã, Kuwait, Venezuela, Catar, Bahrein – tentaram retardar suas taxas de crescimento a níveis administráveis cortando a produção do petróleo, outros mantiveram ou aumentaram suas produções para financiar ambiciosos programas de desenvolvimento (ROSS, 2015).

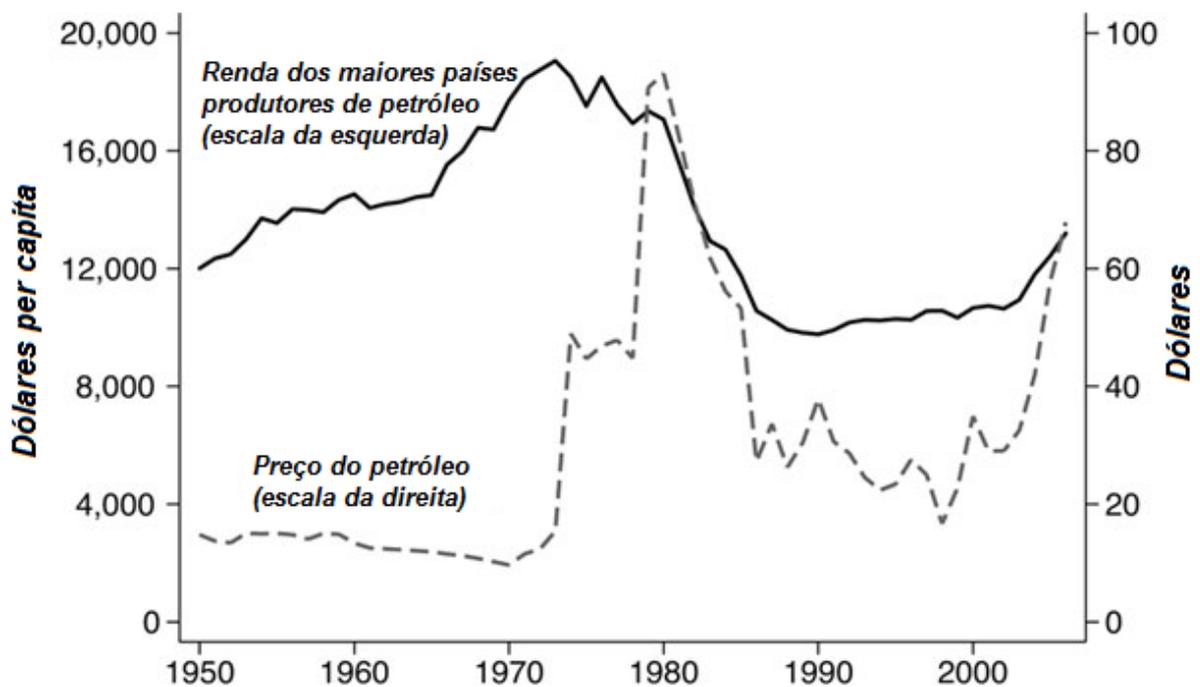


Figura 15 - Receita dos principais produtores, 1950 – 2006.

A linha escura mostra a renda per capita média dos treze maiores produtores de petróleo e gás natural nas décadas de 1960, 1970 e 1980, fora da América do Norte e Europa. A linha seccionada mostra o preço do barril de petróleo em dólares constantes de 2007.

Fonte: Maddison, 2009.

Entre 1980 e 1986, o preço real do petróleo caiu em mais de dois terços, por conta da redução do consumo nos países ocidentais e o aumento da produção na Arábia Saudita, levando a um declínio econômico abrupto em quase todos os países com grande produção de petróleo e gás natural. A Figura 16 descreve a mudança na renda per capita em todos os países em desenvolvimento entre 1974 e 1989 (no eixo

vertical), juntamente com sua renda per capita média de petróleo e gás natural (no eixo horizontal). Em geral, quanto mais petróleo esses países produziam, menor eram suas rendas: cinco países produtores de petróleo (Angola, Gabão, Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos) viram suas rendas per capita caírem mais da metade. Ross (2015) argumenta que, durante esse período de dezesseis anos, o petróleo foi uma maldição econômica: quanto mais os países produziam, maior era seu declínio econômico.

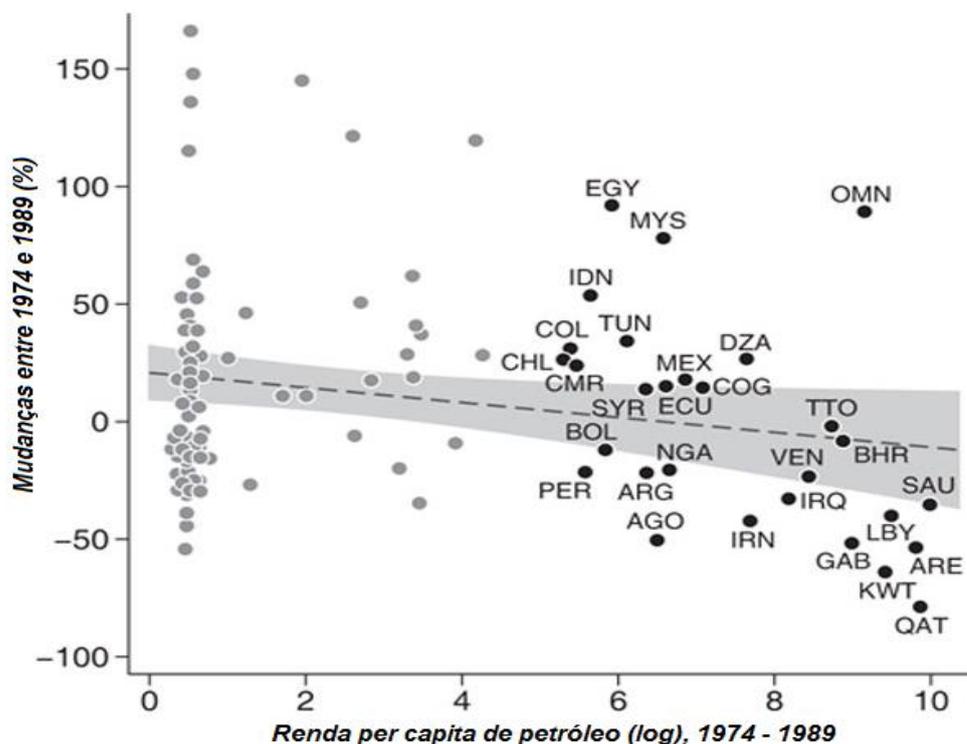


Figura 16 - Mudanças na renda per capita, 1974 a 1989.

O eixo vertical indica a variação percentual de cada país por renda per capita de 1974 a 1989. O valor inclui todos os países em desenvolvimento.

Fonte: Maddison, 2009.

5.5. A maldição na América Latina

5.5.1. A anomalia democrática

Com relação aos efeitos antidemocráticos da maldição do petróleo, a América Latina parece figurar como uma exceção à regra (DUNNING, 2008). A Tabela 5 apresenta os resultados de transições para a democracia em dez países produtores

de petróleo, no período de 1946 a 2010. Todos os cinco países que fizeram transições bem-sucedidas eram da América Latina: Venezuela (1958), Bolívia (1982), Argentina (1983), México (2000) e Equador (1979). Por outro lado, todos os países produtores de petróleo da América Latina (como quase todos os não produtores do continente) são agora democracias (ROSS, 2015).

Tabela 5 - Transições democráticas entre os países produtores de petróleo, 1946 – 2010. Renda de petróleo está em dólares americanos atualizados.

| <i>País</i> | <i>Ano</i> | <i>Renda de petróleo</i> | <i>Resultado</i> |
|--------------------|------------|--------------------------|------------------|
| Venezuela | 1958 | 1.717 | Sucesso |
| Nigéria | 1979 | 1.007 | Fracasso |
| Equador | 1979 | 773 | Fracasso |
| República do Congo | 1992 | 563 | Fracasso |
| México | 2000 | 442 | Sucesso |
| Argentina | 1983 | 428 | Sucesso |
| Peru | 1980 | 336 | Fracasso |
| Bolívia | 1982 | 307 | Sucesso |
| Equador | 1979 | 280 | Sucesso |
| Bolívia | 1979 | 264 | Fracasso |

Fonte: Adaptado de Ross, 2015.

Algumas razões podem explicar essa anomalia latino-americana. Para países com baixos índices de desigualdade, o petróleo impede a democratização, porém em países com altos índices de desigualdade, como os países da América Latina, o petróleo acelera a democratização por aliviar as preocupações das elites afluentes de que a democracia leve à expropriação de suas riquezas pessoais (DUNNING, 2008).

A argumentação de Dunning (2008) é contestada por Ross (2015). Ross (2015) afirma que a explicação de Dunning (2008) parece atraente, porém muito difícil de testar com bastante precisão, visto que dados globais sobre a desigualdade social são escassos e frequentemente medidos de maneiras diferentes de um país para outro. Mais que isso, dados sobre desigualdade faltam em muitos países dependentes de petróleo no mundo: quanto maior a renda de petróleo de um país, geralmente menos informações ele divulga a respeito de seus níveis de desigualdade (ROSS, 2015).

Ross (2015) propõe outra explicação para a exceção latino-americana ao afirmar que o petróleo prejudica a democracia apenas em países sem experiência democrática anterior. O petróleo torna os ditadores mais populares, em parte porque estes podem esconder a verdadeira extensão das receitas de petróleo de seus governos. Talvez se um país tenha estado sob governo democrático no passado, os ditadores encontrem mais dificuldades em esconder essas receitas: os cidadãos já saberiam, por terem acesso anterior a uma imprensa livre, a verdadeira escala da riqueza petrolífera de seu país, tornando-os mais céticos a respeito das alegações de um ditador (ROSS, 2015).

Considerando a argumentação de Ross (2015), a riqueza em petróleo só bloquearia a transição democrática em países cujos cidadãos jamais estiveram expostos a governos democráticos e, curiosamente, a maioria dos produtores de petróleo da América Latina, incluindo Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru, tiveram anteriormente experiências democráticas. Na Tabela 05, observa-se que o México, que não teve experiência democrática anterior, foi o mais lento a se democratizar. O maior produtor africano de petróleo, a Nigéria, teve experiência democrática em seus primeiros dias de produtor de petróleo (DUNNING, 2008). Apesar da divergência argumentativa quantos as razões para a anomalia latino-americana entre Dunning (2008) e Ross (2015), ambos concordam que o petróleo na América Latina está relacionado a mais democracia, porém a menos democracia no resto do mundo em desenvolvimento.

5.5.2. O colapso econômico

As receitas do petróleo deveriam fazer com que o crescimento econômico fosse mais rápido que de economias sem esses recursos naturais (BERTUZZI, 2016). A questão a ser analisada é o motivo do crescimento econômico irregular nos países produtores de petróleo.

A Tabela 6 apresenta os resultados da taxa de crescimento do PIB (1970 a 2012) divididas em dois períodos: de 1970 a 1989 e de 1990 a 2012.

Tabela 6 - Taxa de crescimento do PIB (1970-2012).

| | 1970–1989 (1) | 1970–1989 (1) | 1990-2012 (2) | 1990-2012 (2) |
|----------------|-----------------|---------------------------|---------------|---------------------------|
| País | %PERÍODO (1) | Dif. Mundo Período (1) | %PERÍODO (2) | Dif. Mundo Período (2) |
| Brasil | 223,58% | 48,79% | 191,84% | 86,96% |
| México | 184,75% | 9,96% | 156,90% | 52,02% |
| Venezuela | 104,84% | -69,95% | 214,22% | 109,34% |
| América Latina | 151,84% | -22,95% | 164,34% | 59,46% |
| Mundo | 174,79% | 0,00% | 104,88% | 0,00% |

Fonte: Adaptado de Bertuzzi, 2016.

Nota-se que no primeiro período analisado de 1970 a 1989, apenas a Venezuela e América Latina não cresceram acima da média mundial. Já no período após 1990 se observa que os três países e, inclusive, a América Latina cresceram acima da média Mundial.

O súbito aumento da demanda por recursos naturais resulta em um aumento na demanda por bens não comercializáveis e, por conta disso, quando a economia tem um alto crescimento de recursos naturais, o setor industrial tende a encolher enquanto o setor de recursos naturais tende a se expandir (SACHS & WARNER, 1997). A consequência da desindustrialização resultante de um grande crescimento de recursos naturais advém do resultado do efeito de deslocamento dentro dos setores da economia: os efeitos diretos do crescimento de recursos naturais afetam o deslocamento de fatores comuns dos outros setores da economia, como investimentos e mão de obra, para o setor em que o crescimento ocorreu. A Figura 17 apresenta os resultados desse deslocamento na economia ao relacionar as exportações de produtos industrializados e as exportações de petróleo no Brasil, no período de 2000 a 2015.

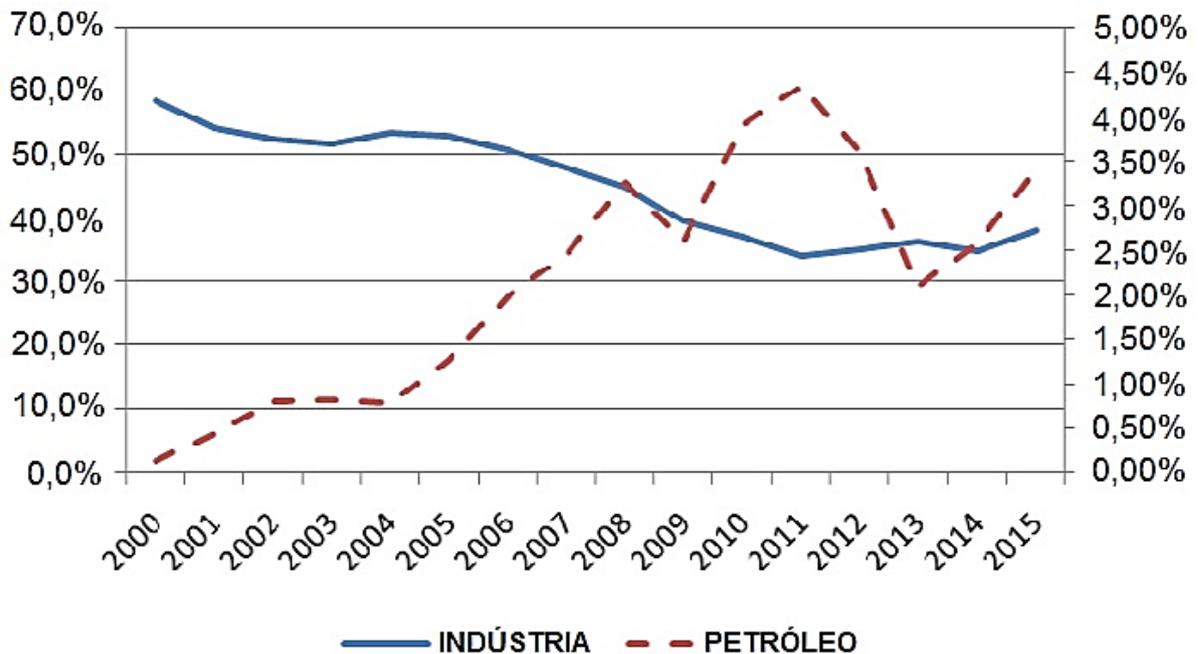


Figura 17 - Produtos industrializados *versus* exportações de petróleo (Brasil). Participação de produtos industrializados (escala da esquerda) e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do Brasil (escala da direita) no período de 2000 até 2015.

Fonte: Bertuzzi, 2016.

O Brasil apresentou uma queda da participação da exportação de produtos industrializados de 58,4% em 2000 para 38,1% em 2015 e teve um aumento da participação nas exportação de petróleo significativa, mas que nas exportações totais não representam tanto: em 2000 era 0,15% e em 2015 por volta de 3,40%. As descobertas do pré-sal nos mares do Brasil abrem novas perspectivas para a indústria brasileira do petróleo, colocando o Brasil na posição de grande produtor e exportador de petróleo (BERTUZZI, 2016).

A situação para a Venezuela foi ainda mais significativa: a participação das exportações da indústria venezuelana saiu de 60% em 2000 para apenas 10% em 2015, enquanto suas exportações de petróleo subiram de 50% em 2000 para 95% em 2015, como apresentado na Figura 18.

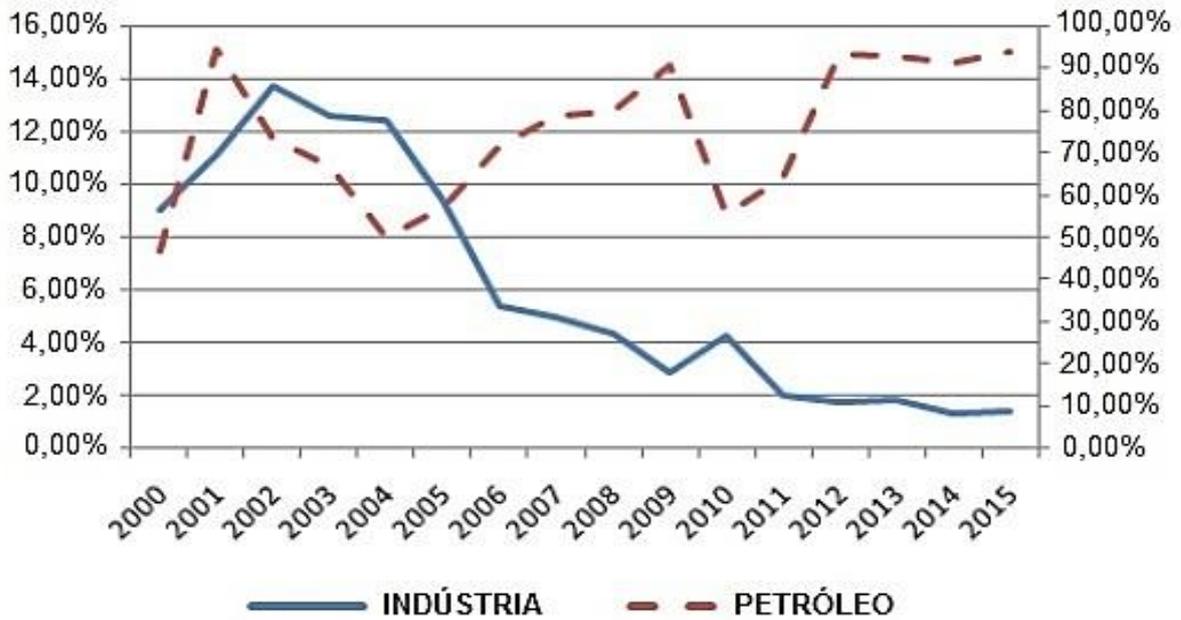


Figura 18 - Produtos industrializados *versus* exportações de petróleo (Venezuela). Participação de produtos industrializados (escala da esquerda) e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora da Venezuela (escala da direita) no período de 2000 a 2015.

Fonte: Bertuzzi, 2016.

Embora menores que as venezuelanas, as exportações de petróleo do México ainda são muito expressivas, impulsionadas principalmente pelo maior consumidor de petróleo do mundo: os Estados Unidos da América. A Figura 19 apresenta os resultados no período de 200 a 2015: as exportações da indústria mexicana caíram de 85% para 75% enquanto a participação das exportações de petróleo triplicou no mesmo período em análise.

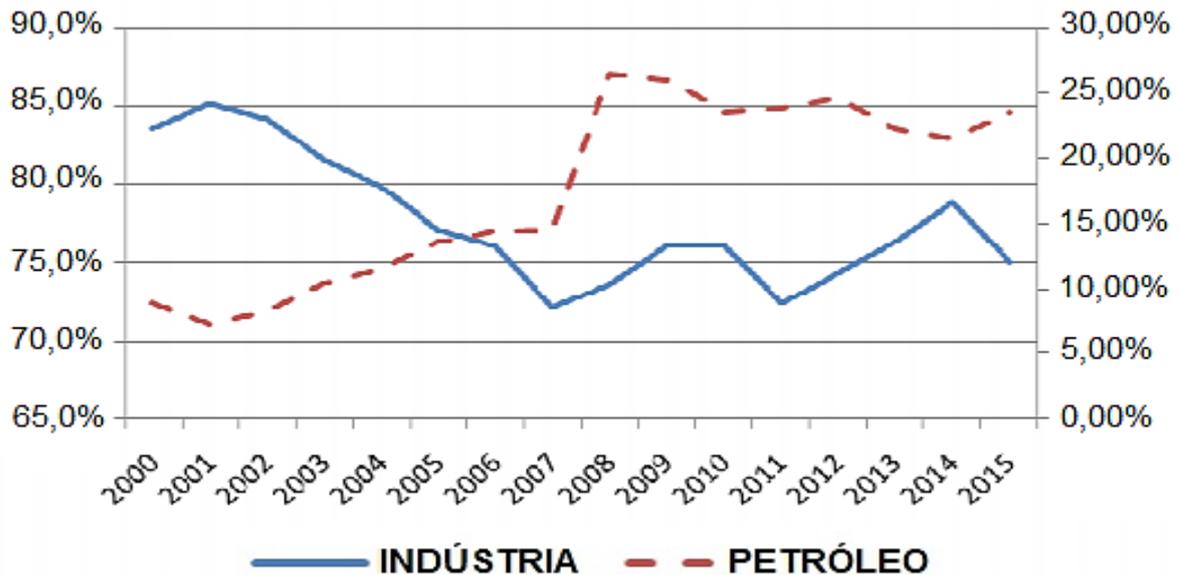


Figura 19 - Produtos industrializados *versus* exportações de petróleo (México). Participação de produtos industrializados (escala da esquerda) e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do México (escala da direita) no período de 2000 a 2015.

Fonte: Bertuzzi, 2016.

O fator institucional aponta outro agravante para o colapso econômico de países com economias baseadas no setor de exploração de recursos naturais. Os gastos ineficientes afetam drasticamente o crescimento do PIB em países produtores de petróleo, pois a economia tende a ser menor do que teria sido na mesma situação que em economias com boas políticas (BERTUZZI, 2016). Este agrave só é possível porque há outros fatores intervindo nas decisões negativas, além de políticas de desperdício. A Figura 20 ilustra a evolução do índice de corrupção, criado com base nos dados de 2018 do *Transparency International – the global anti-corruption coalition* – para o Brasil, Venezuela e México. O Índice de Percepção da Corrupção mede os níveis percebidos de corrupção no setor público em todo o mundo.

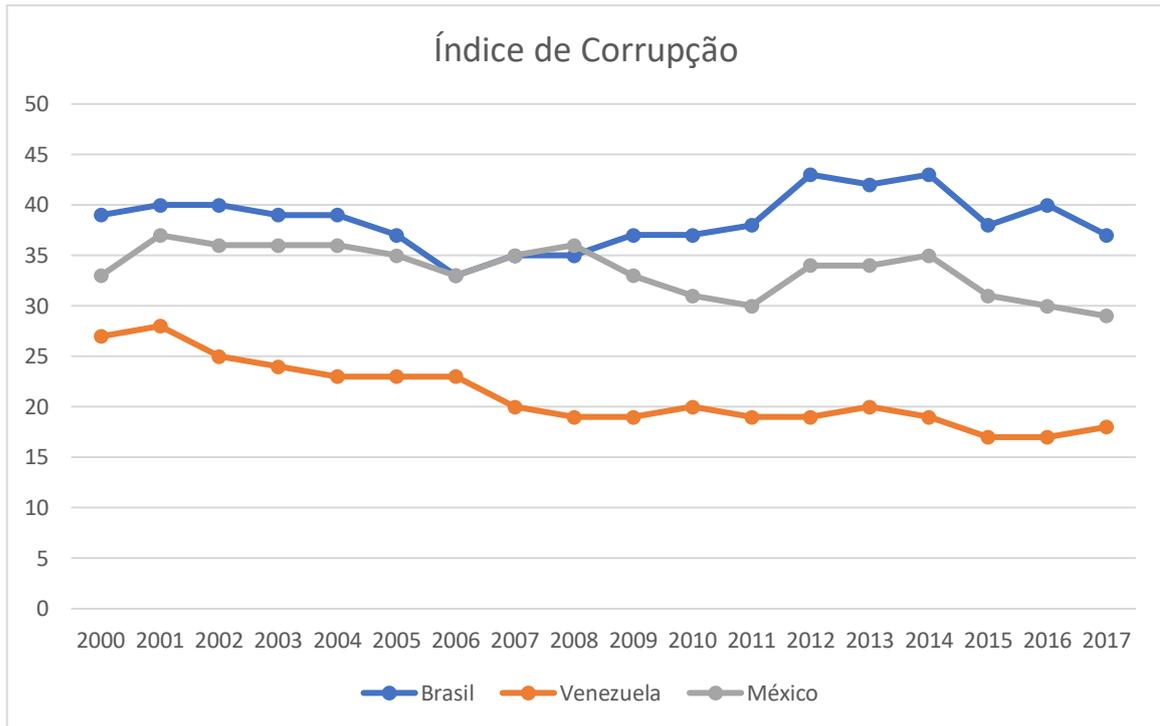


Figura 20 - Evolução do índice de corrupção no Brasil, Venezuela e México.

Quanto menor o índice, maior a corrupção. Período de 2000 a 2017.

Fonte: Elaboração própria, calculado com base nos dados da *Transparency International – the global anti-corruption coalition*, 2018.

O país que possui o melhor índice do mundo é a Nova Zelândia, apresentando uma nota de 89 para o ano de 2017, enquanto a pior nota ficou para o Afeganistão, marcando apenas 15 pontos para o mesmo período. Brasil e México se mantiveram relativamente estáveis: Brasil saiu de 39 pontos em 2000 para 37 pontos em 2017, tendo sua maior marca no ano de 2012, com nota igual a 43; México saiu de 33 em 2000 para 29 em 2017, tendo sua melhor nota em 2001, marcando 37 pontos. O pior dos três países analisados foi a Venezuela, que além de ter as menores notas no índice para todo o período, teve uma queda mais acentuada: em 2000, o índice de corrupção para a Venezuela marcava 27 pontos, em 2016 despencou para 17 pontos e, em 2017 fechou o ano com míseros 18 pontos.

O que mais preocupa são as posições dos três países: o Brasil ficou na 96ª posição, sendo considerado um ambiente mais corrupto que alguns países da África Subsaariana como o Timor-Leste (91ª), Gana (81ª) e Burkina Faso (74ª). A pior entre os três países em análise, a Venezuela, ocupa a 169ª posição no *ranking*, sendo considerada menos corrupta que apenas 10 países do mundo, incluindo a Coreia do Norte (171º), Síria (178º) e a Somália (180ª).

O custo de transação de investimentos advém da ideia de que as empresas funcionam em um ambiente de incerteza. Com o objetivo de manter certa estabilidade na economia, a Nova Economia Institucional (NEI) cria diversos contratos que visam aumentar a transparência e a garantia nas transações econômicas e, com isso, diminuir a incerteza. A questão é que os custos advindos destes contratos, os custos de transação, são embutidos nos custos de produção, com expressivo efeito nos preços da economia (BERTUZZI, 2016). Em suma, quanto menos transparente e mais corrupto um país for, maior serão os custos das transações. Portanto, esta situação torna a atividade econômica em questão mais dispendiosa e, por consequência disso, afeta negativamente a economia do país, pois acaba afastando os possíveis investimentos em determinadas áreas.

5.6. Como escapar da maldição do petróleo

5.6.1. Reduzir a dimensão das receitas de petróleo

Os argumentos de Luong & Weinthal (2010) e Ross (2015) convergem em diversos pontos, principalmente em relação a causa da maldição dos recursos nos países em desenvolvimento: as propriedades incomuns das receitas petrolíferas. A menos que os países já sejam ricos e tenham instituições fortes no momento da produção de petróleo, como por exemplo o Canadá e a Noruega, isso pode causar profundos problemas econômicos e políticos. A boa notícia é que muito pode ser feito para evitar esses problemas, soluções como a limitação do tamanho dessas receitas, tornando-as mais transparentes e estáveis, até mesmo alterando sua fonte, podem ser uma porta de saída para a maldição do petróleo (COLLIER, 2010).

É fato que as grandes receitas oriundas do petróleo ajudam autocratas a permanecer no poder. Ross (2015) e Collier (2010) sugerem ao menos quatro alternativas para a diminuição da dimensão das receitas petrolíferas. Para países de baixa renda, a primeira opção é deixar o petróleo no solo ou extraí-lo mais lentamente, de forma que as receitas não transbordem a capacidade do governo em gastá-las de forma eficiente, ou a capacidade civil de monitorar as atividades de seu governo em rápido crescimento: deixar o petróleo no solo funciona como guardá-lo em um banco, ele até mesmo poderá ganhar “interesse”, visto que o petróleo é uma riqueza mineral

não-renovável e o abastecimento no mundo tende a se esgotar com o tempo (COLLIER, 2010).

Essa alternativa pode ser um grande problema para países que necessitam urgentemente de rendas adicionais, a “oportunidade” da geração de renda através das receitas de petróleo pode ser atraente demais para ser adiada e, por se tratar de um país pobre, é provável que sua riqueza de petróleo seja indevidamente desperdiçada. A segunda alternativa seria a utilização de contratos de permuta: países pobres ricos em recursos trocam seu petróleo por promessas de infraestrutura e serviços futuros. Países como Angola, Nigéria, Zâmbia e Zimbábue vendem seus direitos de extração para consórcios chineses em troca dessas promessas. Em 2006, a Nigéria assinou contratos de concessão para empresas chinesas em quatro blocos *offshore* em troca de 4 bilhões em investimentos de infraestrutura, incluindo uma hidrelétrica, a reabilitação de uma ferrovia e programas de combate à malária e à gripe aviária (ROSS, 2015).

A terceira abordagem é distribuir as receitas diretamente aos cidadãos desses países. O Alasca e a província canadense de Alberta usam a distribuição direta. O Fundo Permanente do Alasca, em vigor de 1977, recebe cerca de um quinto das receitas oriundas do petróleo do estado e distribui uma parte dos juros devidos a todos os cidadãos do Alasca. Este programa é considerado um grande sucesso, visto que em 2009, o dividendo valia cerca de 1.300 dólares, fazendo com que os políticos demonstrassem esforços para defendê-lo (ROSS, 2015).

A quarta solução para diminuir as receitas de petróleo seria transferir diretamente uma parte do dinheiro para os governos regionais ou locais: os países podem permitir que os governos subnacionais cobrem impostos diretamente da indústria do petróleo ou podem distribuir uma fração das receitas do governo central para os governos subnacionais de acordo com alguma fórmula equitativa para distribuição, antes ou depois de suavizar as flutuações das receitas ano a ano (COLLIER, 2010).

5.6.2. Alterar a fonte das receitas de petróleo

Defensores das privatizações apontam para diversas evidências de que as empresas estatais são economicamente ineficientes, enquanto os céticos sugerem que as NOC's são diferentes das outras empresas estatais, o que pode tornar difícil a

privatização, pois a dimensão e a sofisticação financeira destas companhias internacionais de petróleo as tornam excepcionalmente difíceis de serem taxadas e reguladas pelos governos, especialmente em países de baixa renda (COLLIER, 2010).

Até países como os Estados Unidos da América são exemplos de fracasso quando o assunto é regular grandes empresas de petróleo: o Serviço de Gestão de Minerais do país foi extinto em 2010 após uma série de escândalos de sexo e drogas, e a catastrófica explosão da plataforma de perfuração *Deepwater Horizon* da BP no Golfo do México, revelando quão mal estava o cumprimento dos regulamentos de segurança básica e ambiental. A privatização pode, portanto, substituir governos irresponsáveis por grandes empresas privadas igualmente irresponsáveis (ROSS, 2015).

Porém, a privatização total ou parcial das empresas pode torná-las mais transparentes, por exemplo, se estiverem listadas publicamente em bolsas de valores que as forcem a divulgar seus balanços e aderir a padrões de contabilidade internacionalmente reconhecidos. Alguns governos podem encontrar maneiras de esconder suas receitas, mas isso dificilmente anula os benefícios de companhias de capital aberto, que devem divulgar os seus números contábeis (ROSS, 2015). Luong & Weinthal (2013) e Khanna (2017) defendem ainda que a privatização no setor do petróleo é mais benéfica quando o país é pobre e tem fracas instituições e menos benéficas para países ricos com fortes instituições.

6. CONCLUSÃO

A maldição do petróleo surgiu com a turbulência do mercado de energia do mundo na década de 1970 devido a onda de nacionalizações. Desde então, os países produtores com grandes reservas de petróleo, especialmente países em desenvolvimento, tiveram mais conflitos internos violentos, menos democracia, um inconstante desempenho econômico e uma acentuada deterioração dos demais setores da economia. A compreensão das características únicas das receitas do petróleo prova que a geologia, por si só, não é deliberativa para os sintomas da maldição dos recursos no mundo em desenvolvimento.

O petróleo se tornou uma maldição para os países em desenvolvimento por conta das qualidades de suas receitas: a escala anormalmente grande dessas receitas não são oriundas dos impostos taxados sobre os cidadãos, facilitando o ocultamento de vultosas fortunas da percepção pública, além de seus valores flutuarem de forma imprevisível, com variações abruptas no valor real do petróleo em um mesmo ano, provocando períodos com grandes gastos públicos encadeados seguidos por períodos de crise, devido à queda no valor do petróleo. Características como a origem e a confidencialidade dessas receitas, intrinsecamente ligadas a propriedade estatal ou privada destas, podem ser alteradas pelos próprios cidadãos, pelos governos, por instituições internacionais e até mesmo pelos consumidores dos países importadores de petróleo.

Previsões para o futuro evidenciam o crescimento dos investimentos na indústria do petróleo e no consumo direto, com o aumento nas importações da China e da Índia, tornando difícil o controle sobre as variáveis das receitas de petróleo como a escala e a estabilidade. Entretanto, as consequências da riqueza em petróleo são diferentes hoje do que eram no passado e talvez possam mudar, de forma positiva, em um futuro próximo.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ACEMOGLU, D. et al. *Income and democracy*. 2008. 44p. Artigo científico – EUA, 2008.

AL-UBAYDLI, O. *Natural resources and the tradeoff between authoritarianism and development*. 2012. 16p. Artigo científico - George Mason University, EUA, 2012.

ALEXEEV, M.; CONRAD, R. *The elusive curse of oil*. 2009. Cambridge, Massachusetts, EUA, 2009.

ALNASRAWI, A. *The Economy of Iraq*. 1994. 208p. Livro - Greenwood, Connecticut, 1994.

ANDERSEN, J. J.; ROSS, M. *The Big Oil Change: A Closer Look at the Haber–Menaldo Analysis*. 2013. Artigo científico – Los Angeles, EUA, 2013.

AUTY, R. M. *Resource abundance and economic development*. 2011. 33p. Artigo científico - Oxford University, Reino Unido, 2011.

BADEEB, Ramez A.; LEAN, H. H.; SMYTH, Russell. *Oil Curse and Finance-Growth Nexus in Malaysia: The Role of Investment*. 2016. 42p. Artigo científico - Monash Business School, Austrália, 2016.

BARRO, Robert J. *Determinants of Economic Growth: A Cross-country Empirical Study*. 1997. Cambridge, Massachusetts, EUA, 1997.

BEVAN, D. L.; COLLIER, P.; GUNNING, J. W. *Nigeria and Indonesia*. 1999. 481p. Livro - Universidade de Oxford, Reino Unido, 1999.

BERTUZZI, Victor Alexandre. *A maldição do petróleo na américa latina: uma abordagem institucionalista*. 2016. 77p. Trabalho de conclusão de curso – Porto Alegre, Brasil, 2016.

BRESSER, P. Estado desenvolvimentista, nacionalismo e liberalismo. 2012. 18p. Artigo científico – Gramado, Brasil, 2012.

CASSIDY, T. *The long-run effects of oil wealth on development: evidence from petroleum geology*. 2018. 107p. Artigo científico – Universidade do Alabama, EUA, 2018.

COLLIER, Paul. *The Plundered Planet*. 2010. Artigo científico - Oxford University Press, 2010.

DiJOHN, Jonathan. *From windfall to curse? Oil and industrialization in Venezuela, 1920 to the present*. 2009. 362p. Livro - The Pennsylvania State University, EUA, 2009.

DUNNING, Thad. *Crude Democracy: Natural Resource Wealth and Political Regimes*. 2008. 16p. Artigo científico - Cambridge University Press, 2008.

FRANKEL, J. A. *The natural resource curse: A survey of diagnoses and some prescriptions*. 2012. 41p. Artigo científico – Universidade de Harvard, EUA, 2012.

GARY, I., & KARL, T. L. *Bottom of the barrel: Africa's oil boom and the poor*. 2003. 110p. Artigo científico - Catholic Relief Services, EUA, 2003.

Global Witness. Disponível em: < <https://www.globalwitness.org/pt/> >. Acesso em: 18 set. 2018.

GREENE, K. *The Political Economy of Authoritarian Single-Party Dominance*. 2010. 29p. Artigo científico – Austin, EUA, 2010.

GUIRK, M. *The Illusory Leader: Natural Resources, Taxation, and Accountability*. 2010. 49p Artigo científico - Trinity College, Dublin, 2010.

HABER, S., & MENALDO, V. *Do natural resources fuel authoritarianism? A reappraisal of the resource curse*. 2011. 26p. Artigo científico - American Political Science Review, EUA, 2011.

International Budget Partnership 2018. Disponível em: <<https://www.internationalbudget.org/>> Acesso em: 25 out. 2018.

KILIAN, L. *The Economic Effects of Energy Price Shocks*. 2008. 61p. Livro - Universidade de Michigan, EUA, 2008.

KHANNA, Arpita Asha, *Revisiting the Oil Curse: Does Ownership Matter*. 2017. 16p. Artigo Científico – Universidade de Constança, Alemanha, 2017.

KLARE, M. *America, China, and the Scramble for Africa's Oil*, 2006. 44p. Artigo Científico - EUA, 2006.

KOBRIN, S. T. *Foreign Enterprise and Forced Divestment in LDCs*. 1980. 24p. Artigo científico - University of Wisconsin, EUA, 1980.

LEVY, B. *World oil marketing in transition*. 1982. 22p. Artigo científico – EUA, 1982.

LUONG, P. J; WEINTHAL, E. *Oil is not a curse: Ownership structure and institutions in Soviet successor states*. 2010. 449p. Livro - Cambridge University, Nova York, 2010.

MADDISON, Angus. *Historical Statistics of the World Economy*. 2009. Artigo científico - Groeningen, Holanda, 2009.

MANZANO, O., & RIGOBON, R. *Resource curse or debt overhang*. 2007. 37p. Artigo científico - Cambridge, Massachusetts, EUA, 2007.

O'CONNOR, Kelsey J. *Does oil really curse democracy? A long-run time-series analysis of 127 countries*. 2018. 14p. Artigo Científico - University of Southern California, Los Angeles, 2018.

RISEN, J. *Hoard of Cash Lets Qaddafi Extend Fight against Rebels*. 2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/03/10/world/africa/10qaddafi.html>> Acesso em: 03 out. 2018.

ROSENBLUM, P.; MAPLES, S. *Contracts Confidential: Ending Secret Deals in the Extractive Industries*. 2009. 108p. Livro - Revenue Watch Institute, EUA, 2009.

ROSS, Michael, *A maldição do Petróleo*. 2015. 320p. Livro – Porto Alegre, 2015.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. *Natural resource abundance and economic growth*. 1995. 54p. Artigo científico – Cambridge, Massachusetts, EUA, 1995.

SARBU, B. *Ownership and control of oil: Explaining policy choices across producing countries*. 2014. Artigo científico, EUA, 2014.

SMITH, J. *World Oil: Market or Mayhem*. 2009. 25p. Artigo científico – EUA, 2009.

SOYZA, I.; GARTZKE, E.; LIN, T. G. *Oil, Blood, and Strategy*. 2009. 41p. Artigo Científico – EUA, 2009.

TORNELL, A.; LANE, P. R. *The voracity effect*. *American Economic Review*. 1999. 44p. Artigo Científico – EUA, 1999.

Transparency International – the global anti-corruption coalition. Disponível em: <<https://www.transparency.org>> Acesso em: 20 nov. 2018.

TSUI, K.K. *More Oil, Less Democracy: Theory and Evidence from Crude Oil Discoveries*. 2011. 27p. Artigo científico – EUA, 2011.